



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

CAMILA VIEIRA DA SILVA DE ASSIS

**PRETA E ACADÊMICA: VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS POR MULHERES NEGRAS
NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO.**

CACHOEIRA- BA

2018

CAMILA VIEIRA DA SILVA DE ASSIS

**PRETA E ACADÊMICA: VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS POR MULHERES NEGRAS
NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO.**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Dyane Brito Reis Santos

CACHOEIRA – BA

2018

CAMILA VIEIRA DA SILVA DE ASSIS

PRETA E ACADÊMICA: VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS POR MULHERES NEGRAS
NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO.

Cachoeira – BA, aprovada em 28/08/2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Dyane Brito Reis Santos
(Orientador – UFRB)



Prof. Dra. Silvia de Oliveira Pereira
(Membro Interno – UFRB)



Iansmin de Oliveira Gonçalves
(Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Agradecer pela finalização do TCC e de todo um ciclo, é lembrar o início da minha trajetória acadêmica, menina que eu era em 2014, quando sai da casa de meus pais na zona rural de Cachoeira e logo fui acolhida na família da minha prima Noelice, pessoas as quais sou grata. Em seguida alceei novos voos e me mudei para The Red House, onde vivi os melhores momentos destes 4 anos.

Agradeço a Deus e aos seres de luz, por toda proteção e força para prosseguir, a minha família linda pelo apoio, em especial a minha avó Maria do Nascimento, que não se faz mais presente fisicamente, mas estará sempre viva na minha memória e coração, tudo que aprendi com você, seguirá para sempre comigo. Ao meu pai, que enfrentou várias dificuldades ao decorrer desse período, mas sempre esteve ao meu lado, a minha mãe Marinalva e irmã Carol pelo incentivo e compreensão nas minhas ausências, saber que eu tenho vocês é motivo da minha maior alegria. Às minhas irmãs Kris e Renata e sobrinha Isabella. A minha Madrinha Rose e prima Sana, por terem acompanhado e me auxiliado sempre que necessário ao decorrer de toda minha trajetória.

À grande Família The Red House (Jéssica, Rodrigo, Caique, Rawlins, Lavínia, Zaíra, Renata, Rafaela, Sandra, Wagner e outrxs que serão citadxs) minha eterna amizade, vocês são a extensão da minha família, sem dúvida vocês foram peças fundamentais para que essa trajetória tenha sido mais leve e tranquila. Por falar em The Red, não posso deixar de destacar a presença de Rogger, Aryelle e Lorena, que além da casa dividiram a vida, angústias, tristezas e muitas alegrias comigo, estamos juntas desde o início e não poderia ser diferente nesse momento de TCC, compartilhar com vocês todos os anseios e ver que temos um ao outro, me deu muitas forças para finalizar esse trabalho. Seguiremos juntas. A Jeremias e Josi, que formavam junto comigo, Lore, Rogger e Ary, o sexteto inseparável, tenho certeza que o caminho de vocês, será de sucesso.

A Marcos pelo companheirismo, dedicação e afeto, você é incrível. A Clícia e Dani, pela amizade leve, cheia alegria e cuidado. Thainá e Kleyne, pelas palavras de incentivo. A Equipe CapacitaSUAS2, em especial aos meus anjos Lyla e Tiago, que literalmente desempenharam esse papel na minha vida, agradeço pela lealdade e parceria, ganhei irmãos para toda vida, vocês são o meu orgulho. À Lae, Biancha e Andreza por todo carinho e apoio,

Ao CASSMAF – Centro Acadêmico de Serviço Social Marielle Franco, pelas experiências e pelo Coletivo incrível que construímos, aprendi demais com o Movimento Estudantil, sem dúvidas, isso refletirá na minha prática profissional e ao TRAPPOS – Grupo

de Estudos e Pesquisa sobre Trajetórias Participativas e Políticas Sociais, pelos aprendizados e construções.

A Turma 2014.1, fico muito feliz de ter compartilhado esses anos com vocês, pessoas tão diferentes, mais muito maduras e seguras de si, tenho certeza que o caminho de cada um de vocês será brilhante.

A Silvia Pereira, minha coordenadora, orientadora, professora, amiga e digo mãe, muito obrigada, talvez você não tenha noção do quanto sua participação foi importante na minha vida acadêmica/pessoal, tem muito de você em mim. As minhas professoras, em especial a Jucileide Nascimento e Heleni Ávila, aprendi e aprendo muito com vocês me inspiram e são o exemplo de profissional que pretendo me tornar. Amo esse trio de mulheres fortes e lindas.

A minha orientadora Dyane Brito de quem tanto ouvi falar no Projeto de TCC, fui em busca e como toda sua sensibilidade me acolheu e orientou, você é referência para os meus próximos passos.

As minhas entrevistadas pela disponibilidade e troca de conhecimento.

Tão importante quanto agradeço a minha cidade, Cachoeira, meu lugar no mundo, aprendo todos os dias aqui e agradeço por ter trazidos pessoas tão incríveis para minha vida.

A todas as mulheres negras, esse trabalho é feito por nós e para nós. Seguirei com a nossa força.

Eu Mulher Preta Retinta

Eu, mulher preta, retinta
Nascida liberta na carne
Escravizada na mente
Acorrentada sem correntes
Vendada sem vendas
Eu, mulher preta, retinta
Violentada!
Na carne, no cabelo, na literatura
Eu, mulher preta, retinta
Vendida no açougue
A carne mais barata
Rainha da erotização no carnaval
A amante sempre culpada
Eu mulher preta,retinta
Nas ruas e vielas
Nos fundos das cozinhas
Sem voz, sem dor,
Sem frio, sem fome
Sem lattes!
Eu, mulher preta, retinta
Na base da pirâmide no social
Entre o céu e a terra
No inferno!
Entre o amor e ódio
Na Luta!
Eu mulher preta, retinta
Grande, ávida, resistente
Imponente!
Daqui, do atlântico, ou do ponto de partida
África!
Me cubro, me encontro, me encanto
Me fortaleço em mim

Sendo eu, mulher preta, retinta!

Giselli Oliveira

RESUMO

Este trabalho objetiva discutir as expressões das violências de gênero e raça no ambiente universitário. O racismo e a violência de gênero estão presentes na nossa sociedade, desde o período colonial, passando séculos as expressões dessas questões continuam nos atingindo, de maneira que as mulheres negras são a categoria que mais são violentadas. Os espaços sociais, sobretudo os de prestígio nos foram negados, a ascensão da população de mulheres negras, é vista por uma sociedade machista e racista como ameaça a destituição das relações de poder, logo as violências nos chegam como porta de saída a esses espaços. No ambiente universitário, não é diferente. Dotada de autonomia, a universidade é uma instituição social e por isso reflete as contradições da sociedade. Além do acesso nos ser dificultado a permanência e conclusão de um curso universitário para uma mulher negra, são marcados por violências e opressões. Neste trabalho discutiremos sobre essas violências direcionada a mulheres negras nas universidades públicas da Bahia. Tendo como aliados, o estudo bibliográficos e entrevistas semiestruturadas, na qual discutiremos sobre as formas como essas opressões ocorrem e como as instituições de ensino tem lidado com elas.

Palavras-chaves: universidade, gênero, raça, violências, opressões.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the expressions of gender and race violence in the university environment. Racism and gender violence are present in our society, since the colonial period, past centuries the expressions of these issues continue to hit us, so that black women are the category that are most violated. The social spaces, especially those of prestige were denied us, the rise of the population of black women, is seen by a macho and racist society as a threat to the destitution of the relations of power, soon the violence reaches us as a way out of these spaces. In the university environment, it is no different. Endowed with autonomy, the university is a social institution and therefore reflects the contradictions of society. In addition to being hindered the permanence and completion of a university course for a black woman, they are marked by violence and oppression. In this work we will discuss about these violence directed at black women in public universities in Bahia. Having as allies, the bibliographical study and semi-structured interviews, in which we will discuss about the ways in which these oppressions occur and how the educational institutions have dealt with them.

Keywords: university, gender, race, violence, oppression.

LISTA DE SIGLAS

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PUCSP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

SISU – Sistema de Seleção Unificada

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina

UECE – Universidade Federal do Ceará

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

f.1

- Quadro 1** – Caracterização dos casos
- Quadro 2** – Caracterização dos casos
- Quadro 3** – Caracterização dos casos
- Quadro 4** – Caracterização do agressor
- Quadro 5** – Caracterização do agressor

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 UNIVERSIDADE – MULHERES E NEGROS NA HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE	16
2.1 Mulheres na Universidade.....	22
2.2 De Objeto Científico a Pesquisadora.....	26
3 GÊNERO E RAÇA: DOIS CONCEITOS, DUAS DISCRIMINAÇÕES	29
3.1 Interseccionando Gênero e Raça.....	31
4 A PRESENÇA DA MULHER NEGRA – Discriminações e opressões no ambiente universitário	36
4.1 Metodologia.....	39
4.2 Sueli, Taís e Carolina, quem são as vítimas?	40
4.3 Caracterização dos Casos	41
4.4 Quem foi o agressor?.....	43
4.5 Reafirmar, tentar, resistir, mesmo sentindo o peso de ser preta, preta e acadêmica.....	43
4.6 Denúncias e Procedimentos adotados	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
6. REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE A	59
APÊNDICE B	60
APÊNDICE C	61

INTRODUÇÃO

O referido estudo aborda as opressões vivenciadas pelas mulheres negras no ambiente universitário. Sabe-se que as mulheres negras são socialmente marginalizadas, ocupando espaços subalternos e de menor prestígio na esfera social. Sendo assim o acesso à universidade ainda é um desafio para a mulher negra, que por sua história de vida em geral, tem menores oportunidades de acesso a educação de qualidade.

Ainda que a mulher tenha avançado nas conquistas de direitos sociais, emancipação feminina e ocupando espaços que antes nos eram negados, isso se deve ao movimentos histórico de luta das mulheres. As raízes de uma sociedade machista, patriarcal e racista, ainda, continuam crescendo e se expressando nas opressões contra a mulher. O patriarcado é um sistema social de dominação masculina, que se originou a milênios e perdura até hoje.

Com o passar dos milênios e a estruturação das sociedades de classe, a divisão dos papéis se solidificou. Passou a ser acompanhada de um trabalho ideológico que tende a racionalizar e a justificar a inferioridade das mulheres, sua segregação, e que encontra sua expressão nos mitos dos povos primitivos.[...] uma constante permanece: a inferioridade das mulheres, seu confinamento nos papéis tradicionais (ALAMBERT, 1986 apud Schmitt, 2016, p. 10)

A continuidade de uma sociedade patriarcal subsidia as relações de gênero. O termo gênero relaciona-se a diferenciação social entre homens e mulheres, recusando o determinismo biológico do termo “sexo”. Ao pensar nas relações de gênero e na imposição figura masculina sobre a feminina, logo pensa-se no machismo e nas suas expressões, segundo Drumont “em termos da colocação adotada, o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição do homem sobre a mulher”. (1980, p. 81) As expressões do machismo, sexismo, racismo, bem como outras formas de opressões, são vivenciadas cotidianamente, de tal maneira que são naturalizados, inclusive em espaços que nos dão oportunidade de debatê-los.

Embora a Universidade seja um local de produção de conhecimento científico, onde cotidianamente as discussões acerca das desigualdades sociais são abordadas, também acontecem diversos casos de opressões destinados à discentes, docentes, técnicas e trabalhadoras terceirizadas, mostrando que a ocupação que a mulher negra tem na instituição não faz como que ela esteja livre de vivenciar opressões, o que pode diferir é quais os tipos de violências a que essas mulheres serão submetidas.

Quando a violência ocorre em espaços em que há o fomento de discussões de gênero e raça, espera-se uma postura crítica e que propostas resoluções. Algumas instituições de ensino

têm propostos ações e criado estratégias de enfrentamento a essas violências, sobretudo, quando os casos são divulgados nos meios de comunicação, entretanto existem outras instituições que omitem os fatos e não buscam estratégias que possam solucioná-los, em alguns casos a instituição violenta a vítima novamente. Trazendo a tona outro tipo de violência, a institucional, segundo Schimitt (2016) a violência institucional é exercida por instituições/serviços públicos ou privados, por ação ou omissão.

A ação ou omissão da universidade em casos de violências que envolvam seus atores, se configura como uma nova violação a vítima, que já fragilizada, se sente desamparada. Este é um tema pouco discutido na esfera social e na literatura, encontra-se um número importante de escritos sobre a presença e historicidade de mulheres na história da educação, porém quando se faz um recorte direcionado a mulheres negras, encontra-se poucos escritos. Por isso é muito importante discutir esta temática e trazê-la para o pensamento coletivo.

Como mulher negra, advinda de uma família pertencente a classe trabalhadora e majoritariamente negra, vivenciei diversas maneiras de opressões que atravessam a questão de gênero e raça, quando ingressei na Universidade, pude perceber ao decorrer da minha trajetória, bem como de outras mulheres negras que pude acompanhar durante esses anos, que as violências voltadas as mulheres negras são presentes nesse espaço, ainda que haja um quantitativo significativo de mulheres que travam lutas contra o machismo, racismo e outras formas de opressões e que a universidade seja considerada um espaço de “desconstrução social”.

O ambiente universitário, que deveria ser apenas de interação e educação, também é espaço de medo para a mulher. Locais e acessos mal iluminados, falta de segurança, exposição a comportamentos machistas e violência de gênero são fatores determinantes para essa situação. A violência pode vir de criminosos externos, mas não só deles. Colegas e professores, parceiros do cotidiano, podem ser protagonistas de violências que vão da desqualificação intelectual ao estupro. Essa percepção, muitas vezes, já gera a intimidação. (MAITO e SEVERI, p. 6)

Quando passei a pesquisar e estudar sobre as questões de gênero e raça, comecei também a participar de rodas de conversas, palestras, eventos e nesses espaços as falas das mulheres negras, me despertaram ainda mais o interesse pela temática e realizar meus trabalhos acadêmicos as abordando, logo sabia que neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) gostaria de discutir sobre algo relacionado a mulher negra, quando passei a pensar em qual espaço realizaria a pesquisa, surgiram várias possibilidades, através do incentivo da orientadora, professoras e outras mulheres negras que me rodeiam, decidi optar por discutir as relações entre violências, raça e gênero na universidade. Por isso digo, este trabalho é sobre mim e sobre todas as outras mulheres negras que estão ocupando esse espaço.

As formas de opressões direcionadas as mulheres negras no ambiente acadêmico, acontecem de diversas maneiras e em inúmeras situações, essas ações são tão naturalizadas na nossa sociedade que carrega os resquícios de uma construção patriarcal e escravocrata, que algumas vítimas não conseguem identificar que foram violentadas e se elas identificam a violência, surgem várias questões, a quem elas recorrerão? Quais medidas devem ser tomadas? A universidade está preparada para lidar com denúncias desse tipo? Qual a postura da instituição de ensino em relação as violências de gênero e raça?

A pergunta de investigação que norteia esse trabalho é “Quais especificidades das violências vivenciadas por mulheres negras no ambiente universitário?”. O objetivo geral: Discutir as especificidades das violências vivenciadas por mulheres negras no ambiente universitário”, objetivos específicos: Discutir os impactos das violências vivenciadas por mulheres negras no ambiente universitário na sua trajetória acadêmica; Verificar o posicionamento das universidades frente as violências de gênero raça

No primeiro capítulo intitulado “Universidade – Mulheres e Negros na História da Universidade” abordaremos o percurso histórico que a universidade traçou para se instaurar no Brasil, tendo em vista que foi um processo tardio e pensando para garantir a manutenção das classes burguesas no poder, o ingresso na universidade garante até hoje um status diferenciado. Falaremos também da universidade, enquanto instituição social, que expressa as contradições do Estado e da sociedade e que se diferencia de outras instituições sociais, por estar dotada de autonomia, guiada por sua própria lógica, para além dessas questões a universidade deve seguir o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão considerado os princípios que garantem a uma instituição o caráter de universidade. Além disso discutiremos a trajetória do direito ao acesso de mulheres a universidade, que só aconteceu através de lutas travadas por mulheres, que queriam ter acesso ao ensino formal e as dificuldades e processo de ingresso das mulheres negras nessa instituição.

O segundo capítulo “Gênero e Raça: dois conceitos, duas discriminações”, discutirá a interseccionalidade das questões de gênero e raça. Vivendo em uma sociedade de cultura patriarcal, machista e racista, ser mulher e negra é um ato de resistência, apontaremos as diversas opressões que atravessam as vivências das mulheres negras, que são cotidianamente violentadas.

No terceiro e último capítulo “Dados sobre a presença da mulher negra – discriminações e violências no ambiente universitário”, trará informações e dados acerca de

violências vivenciadas por mulheres nas universidades brasileiras e os resultados deste trabalho.

A pesquisa possui caráter exploratório e se configura como qualitativa, pois possibilita uma maior aproximação com os objetos de estudo. Segundo Laville e Dionne, “a abordagem qualitativa apoia-se, como a precedente, em uma categorização dos elementos [...] Seu postulado subjacente é que a especificidade dos elementos do conteúdo e as relações entre esses elementos são portadoras da significação da mensagem analisada e que é possível alcançá-la sem mergulhar na subjetividade.” (1999, p. 225)

Optou-se pela entrevista semiestruturada para realizar a coleta de dados, desta forma, foi publicado um texto nas redes sociais, em que foi explicado a motivação da pesquisa, as entrevistadas entraram em contato através das próprias redes sociais, se disponibilizando para participar da pesquisa, logo, afirmamos que as entrevistas foram cedidas por livre e espontânea adesão das entrevistadas. O roteiro de entrevista contou com 4 seções, a primeira a caracterização das vítimas, as quais buscamos traçar um perfil, o segundo a caracterização do caso, em que a vítima tem o espaço para relatar detalhadamente como ocorreu o caso e o seu sentimento e reação diante a situação. Na terceira seção solicita-se que a entrevistada caracterize o seu agressor e por último questionamos sobre as medidas adotadas pela vítima e como a instituição lidou com os casos, quando houve denúncias.

Podemos observar com os resultados preliminares da pesquisa que as universidades, não estão preparadas para receber denúncias envolvendo os seus atores, tão pouco adotar medidas que protejam e acolham as vítimas. Além disso analisa-se as formas de intersecção das violências de gênero e raça. Sabe-se que o trabalho final de uma graduação, é apenas o começo para novos vãos e também para o surgimento de novas questões, por isso salienta-se que esses são os resultados preliminares desta pesquisa, que tem por objetivo alcançar e contemplar outras realidades e outras expressões do racismo e sexismo nas universidades brasileiras.

2. UNIVERSIDADE: MULHERES E NEGROS NA HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO

Segundo Chauí (2003, p.5), “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo.” A referida autora afirma que é possível notar na estrutura das universidades situações tais como ideais, posicionamentos, práticas que expressam as contradições da sociedade, além do que, assim como a sociedade a universidade passa por constantes transformações políticas, econômicas e sociais que fazem com que a universidade se torne reflexo da sociedade e do Estado. Justamente por ser uma instituição social marcada pelo seu caráter de autonomia intelectual que a universidade trava embates com o Estado e a Sociedade, “dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas.” (CHAUÍ, 2003, p.3)

“desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão.”

De acordo com a referida autora, em relação as funções da universidade, existem também duas posições: os que alegam que a atribuição prioritária da universidade deve ser a formação profissional e por outro lado os que defendem que além de formar profissionais, deve também desenvolver pesquisa científica.

Segundo o Art. 207 da Constituição Federal “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1998) Assim, compreendemos que para uma instituição de ensino superior garantir o status de universidade ela precisa obrigatoriamente oferecer o tripé ensino, pesquisa e extensão.

“a indissociabilidade em que se assenta a universidade, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, entre as quais, como numa “santíssima trindade”, há igual importância e íntima unidade. A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético.” (MOITA e ANDRADE, 2009 p.1)

Sotero (2013) aponta segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, as universidades são instituições com absoluta autonomia, que não necessitam de consentimento do Ministério da Educação (MEC) para abrir ou fechar cursos e sedes, deve conduzir a oferta de vagas, confeccionar diplomas, elaborar programação dos cursos, programação das pesquisas e das atividades de extensão, possuindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1996)

Conforme Orso (2003) o processo de implantação da universidade no Brasil, aconteceu de forma tardia, sendo o último país das Américas a criar a instituição. Porém o atraso não ocorreu devido a falta de projetos ou questões financeiras, mas aos conflitos difundidos entre os grupos influentes da época, passaram-se 351 anos entre a primeira proposta e a implantação da Universidade no Brasil.

Apesar de que a idéia de se criar a universidade no Brasil já estivesse presente durante a Colônia, é durante o Império, depois da Independência, que a idéia adquire maior força. Entretanto, a maioria dos projetos que propunham a criação da universidade partiam de iniciativas oficiais, de acordo com os modelos coimbrão napoleônico. Contudo, esses modelos eram criticados principalmente pelos liberais, que os acusavam de serem centralizadores e avessos aos ideais de liberdade, visto que propunham a extinção das faculdades provinciais ou a subordinação à Corte⁵. Com isso, fortalece-se o grupo dos que se opõem à criação da universidade. O pensamento dito centralizador transformava-se no maior obstáculo à universidade. Como o modelo germânico, que defendia a autonomia, a liberdade de pensamento e opunha-se ao ultramontanismo, era defendido pelos liberais como único modelo alternativo a esses, também encontrava oposição, ganhou força a defesa da liberdade de ensino. Isto fez com que a universidade fosse aceita apenas na medida em que a descentralização era permitida. (ORSO, 2010, p.2)

De acordo com Orso (2010, p.4) para alguns intelectuais “a educação era o principal problema da sociedade brasileira e a ausência da universidade a principal causa”. A implantação da universidade foi marcada por conflitos de classes que defendiam posicionamentos divergentes a cerca da criação da universidade brasileira.

Esta, porém, não comportava um sentido unívoco. Os “liberais clássicos” diziam defendê-la por coerência doutrinária decorrente do “direito natural”, como garantia da liberdade de consciência e de afirmação da individualidade; os positivistas, porque identificavam nela a condição necessária à regeneração social e à instalação do estado definitivo, onde a ciência positiva imperaria. Quanto aos católicos, convictos de possuírem a verdade absoluta, eram favoráveis enquanto não se opunha à verdade revelada e lhes permitia abrir escolas e propagar a doutrina ultramontana. Dessa forma, a discussão se deslocou e passou a travar-se uma disputa entre os que defendiam a criação da universidade e os que defendiam o ensino livre. (ORSO, 2010, p. 3)

O autor afirma que a implantação da universidade no Brasil não ocorreu de maneira enlevada, mas marca um momento histórico da sociedade brasileira. Pode-se refletir que a

causa das dificuldades para a instauração da Universidade brasileira, poderiam estar relacionadas a própria história da mesma no Brasil.

Ficava nítido que a universidade havia sido criada objetivando a formação/manutenção da elite brasileira no poder e a critério daqueles que eram mais capazes, reforçando os privilégios da classe burguesa, dado que as classes subalternizadas não tinham acesso à educação formal tampouco a universidade. Assim como diz Fávero (2006) pode-se inferir que algumas dificuldades para criação da instituição estão relacionados ao fato de que a Universidade não foi fundada para pensar e responder as necessidades essenciais da atual realidade “mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido às minorias” (FÁVERO, 2006, p.19)

De acordo com Cunha (2000) Portugal não só desincentivava a criação da Universidade brasileira, como a proibiu. Em troca disso, oferecia vagas para os filhos dos colonos nos centros de ensino em Coimbra e autorizava que os centros escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia. Ao contrário do que aconteceu na Espanha que possibilitou a instalação de universidades em suas colônias americanas no século XVI. Portugal pretendia com o veto das universidades em suas colônias, impedir que os estudantes universitários que eram vistos como revolucionários, contribuíssem como coadjuvantes de movimentos independentistas, principalmente a partir do século XVIII.

Em 1550, na Bahia foi fundado pelos jesuítas o primeiro estabelecimento de ensino superior no país, posteriormente isso se expandiu para 17 colégios no Brasil, direcionados a alunos internos e externos, sem necessariamente obter a formação de sacerdotes, eram ofertados nesses colégios o ensino das primeiras letras e o ensino secundário, em alguns desses centros também ofertava-se o ensino superior em Artes e Teologia, porém os estudantes dessas instituições eram filhos de senhores de engenho, criadores de gado, funcionários públicos, artesões, mineradores, ou seja, mais uma vez reafirmando que as oportunidades de ingresso na universidade estava relacionada a classe social pertencente. Posteriormente surgiram outros cursos como os de Matemática, Física, Medicina, Engenharia, Direito, etc. (CUNHA, 2000)

Ocorreram diversas mudanças nos contextos histórico, político e econômico da época, em 1808 a sede do reino transferiu-se para o Brasil e com isso foram criadas instituições econômicas, financeiras, culturais, administrativas que até então eram proibidas. Porém No Brasil, o Rei D. João VI, investiu em Cátedras isoladas de Ensino Superior, mas não criou Universidades.

A transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, correlata ao surgimento do estado nacional, gerou a necessidade de modificar o ensino superior herdado da colônia, ou melhor, de fundar todo um grau de ensino completamente distinto do anterior. O novo ensino superior nasceu, assim, sob o signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da dependência econômica e cultural, aos quais Portugal estava preso, respectivamente, à Inglaterra e à França. Além disso, o ensino superior incorporou tanto os produtos da política educacional napoleônica quanto os da reação alemã à invasão francesa, esta depois daquela. (CUNHA, 2000, p.153)

Ao decorrer dos anos as Escolas de Ensino Superior e os cursos por elas ofertadas se expandiram pelos Estados brasileiros. Várias das grandes Universidades renomadas na atualidade, originaram-se através dessas Escolas de Ensino, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). “Todo o processo de ampliação e diferenciação das burocracias pública e privada determinou o aumento da procura de educação secundária e superior, pelas quais se processava o ensino profissional necessário ao desempenho das funções que lhe eram próprias.” (CUNHA, 2000, p. 157) A expansão das faculdades e Escolas de Ensino Superior aconteceu por diversos motivos e o principal deles era o interesse da classe burguesa em adquirir mais status social e logo ascensão econômico-social, os burgueses almejavam que seus filhos se tornassem doutores e os trabalhadores viam na expansão dos centros de ensino a oportunidade de seus filhos estudarem e logo alcançarem uma melhor condição de vida.

As transformações do ensino superior nas primeiras décadas da República foram marcadas pela facilitação do acesso ao ensino superior, resultado, por sua vez, das mudanças nas condições de admissão e da multiplicação das faculdades. Essas mudanças e essa multiplicação foram determinadas por dois fatores relativamente independentes. Um fator foi o aumento da procura de ensino superior produzido pelas transformações econômicas e institucionais. Outro fator, este de caráter ideológico, foi a luta de liberais e positivistas pelo "ensino livre", e destes últimos contra os privilégios ocupacionais conferidos pelos diplomas escolares.(CUNHA, 2000, p.157)

Desde 1808, o ensino superior no Brasil era oferecido em Escolas de Ensino, ofertando cursos categoricamente profissionais. Ao decorrer desse período surgiram diversos projetos de implantação da Universidade, porém não foram aceitas, sendo assim nenhuma instituição possuiu o caráter de Universidade no período colonial. Em conformidade aos positivistas que rejeitavam a criação da Universidade, a República protelou a criação da mesma. Somente no ano de 1909, foi criada a primeira Universidade brasileira em Manaus, porém devido a queda da prosperidade econômica na região a instituição chegou ao fim 1962, restando apenas a Faculdade de Direito. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi a primeira que alcançou permanentemente o caráter de Universidade. (CUNHA, 2000)

Após a Revolução Francesa, a universidade se tornou uma instituição republicana, logo pública e laica. A partir das lutas sociais e políticas provocadas através das revoluções sociais do séc XX, a educação e cultura se tornaram consideradas elementos importantes para a cidadania e se constituindo como direito do cidadão “fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa ideia, seja para opor-se a ela” (CHAUI, 2003, p.5)

Segundo Fávero (2006) com a proclamação da República em 1889, novas tentativas de implantação da universidade aconteceram. Salientando que na Constituição de 1988, o ensino superior era de responsabilidade do Poder Central

Como é perceptível a implantação da Universidade no Brasil, foi marcada por vários conflitos históricos e divergências entre as classes mais influentes da época, vale salientar que a instauração da Universidade só aconteceu porque isso beneficiaria diretamente a elite, já que o acesso ao conhecimento garantia mais poder social, político e econômico, tendo em vista a permanência das classes mais favorecidas no poder. O acesso à universidade era restrito aos filhos dos grandes senhores da época e não pensada para a população em geral e isso permaneceu por muito tempo.

O surgimento do ensino Superior no Brasil como um modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante com característica elitista servia para atender os filhos da aristocracia colonial, que não tinham mais acesso às academias europeias (SOUZA, 2001). A natureza pouco universitária desses estudos utilitários (engenharia militar e medicina aplicada) e profissionalizantes, por meio de faculdades divorciadas organizacionalmente entre si, constituíram o sistema de ensino superior no Brasil, e apresentam suas distorções que, ainda agonizam sob os pontos de vista estrutural e de funcionamento do ensino superior brasileiro (SOUZA, 2001 apud BORTOLANZA, 2017).

Sotero (2013) afirma que um dado significativo quando se trata das mudanças do ensino superior brasileiro é o crescimento exacerbado do setor a partir da década de 1990, se nos 1970 o crescimento da oferta de cursos e instituição foram grandes, houve uma nova alavancada entre os anos 1998 e 2000.

Essa expansão do ensino superior brasileiro se deve a um salto de políticas sociais que fomentam a entrada dos estudantes no ensino superior, sobretudo daqueles oriundos de escolas pública. De acordo com Ministério da Educação – MEC, foi criado em 1998 o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes que estão concluindo a escolaridade básica, alunos que já concluíram o ensino médio, também podem fazer o exame, a nota obtida no ENEM serve como critério para o ingresso nas

Universidades através do SISU, PROUNI. O Sistema de Seleção Unificado – SISU, foi criado pelo governo federal gerenciado pelo MEC, destinado ao ingresso de estudantes nas instituições públicas de ensino superior, para concorrer através do SISU é preciso ter feito o ENEM no ano corrente e obter nota maior que zero na redação.

O Programa Universidade para Todos – PROUNI, foi criado em 2004, através da Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, o Programa é destinado a ofertar bolsas de estudos integrais ou parciais, para estudantes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação científica, nas instituições privadas de ensino superior. Para ter acesso à bolsa integral é necessário ser brasileiro não portador de diploma de curso superior e renda familiar mensal per capita, não exceda 1 salário-mínimo e meio. As bolsas parciais são destinadas a estudante que tenham cursado o ensino médio em rede pública ou em rede particular como bolsista integral, pessoas com deficiência e a professores da rede pública para os cursos de pedagogia, licenciatura, normal superior. Os candidatos são selecionados a partir da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Em 2007 foi instituído pelo Decreto de Lei Nº 6.096 de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que objetiva criar estratégias que possibilitem a ampliação do acesso e permanência no ensino superior, no nível de graduação e melhorias no aproveitamento da estrutura física e recursos humanos presentes nas Universidades Federais.

A Lei 12.711/2012, sancionada em agosto foi instaurada pelo Decreto de Lei 824/2012. A Lei de Cotas garante a reserva de 50% das vagas por curso e turno nas universidades e institutos federais, esses 50% serão subdivididos entre egressos do ensino público, pessoas com deficiência ao percentual mínimo correspondente a soma dos pretos, pardos e indígenas do estado, de acordo com o censo demográfico do IBGE e os outros 50% serão destinados a ampla concorrência.

A Lei de Cotas é a mais conhecida quando se fala de acesso a população negra no ensino superior, certo que nem todos os negros ingressam na universidade através do sistema de cotas, mas que ela haja como uma forma de reparação social, tendo em vista que ainda vivenciamos as consequências do período escravocrata que é o que sustenta o racismo e a exclusão vivenciada pela população negra.

A tentativa de democratização do ensino superior, vem dando frutos, segundo Censo da Educação Superior no ano de 2016 existiam 2.4017 instituições de Ensino Superior, divididas em universidades, institutos federais, centros universitários, faculdades, nas esferas pública e

privada, oferecendo o total de 34.366 cursos, em relação ao número de matrículas eram 8.048.701, sendo 1.249.453 federais, 623.710 estaduais, 117.335 municipais e 6.061.756 privadas. De acordo com as estatísticas existiam 197 universidades no Brasil, equivalente a 8,2% do total de Instituições de Educação Superior, porém as universidades reúnem 53,7% das matrículas em cursos de graduação.

2.1 Mulheres na Universidade

A Educação oferecida às mulheres, historicamente esteve voltada ao ensino de práticas domésticas e de afazeres, considerados femininos, enquanto os homens eram incentivados a traçar caminhos que possibilitassem a sua independência, as mulheres eram direcionadas a se tornar cada vez mais dependentes dos homens. “Enquanto os homens estavam em escolas e posteriormente nas universidades, às mulheres foram proibidas de também terem acesso a essa forma de educação.” (BEZERRA, 2010, p.2)

De acordo com a referida autora, foi com a Revolução Industrial que as mulheres passam a traçar os primeiros passos para sua independência, pois a Revolução possibilitou que elas saíssem de suas casas para trabalhar nas fábricas, dado que até o momento as mulheres que eram submetidas a desenvolver apenas trabalhos domésticos, tinham a oportunidade de pela primeira vez trabalhar fora de casa, entretanto isso não foi o suficiente para garantir o pleno exercício dos direitos femininos, ainda que esse processo seja considerado importante, denota que a dominação masculina ainda se fazia presente, já que as mulheres ganhavam um salário menor que os homens para exercer a mesma função.

A universidade era voltada para os homens e ainda assim para aqueles que possuíam algum prestígio social, como já descrito ao decorrer do texto a entrada na universidade era limitada às classes dominantes. Enquanto os homens aprendiam a exercer profissões e ganhar cada vez mais destaque e ascensão social, a mulher ainda que pertencesse mesma classe privilegiada, não gozava dos mesmos direitos que eles.

Guedes (2008, p.120), aponta que “as ‘habilidades intrínsecas’ de homens e mulheres são atributos que vão sendo construídos e reforçados desde o início do processo de escolarização.” O fato de determinados cursos serem ocupados por maioria feminina ou masculina está diretamente relacionado a construções sociais que colocam as mulheres como inferiores aos homens até mesmo no quesito intelectual e que determinam o que deve ser feito por homem ou por mulher, os cursos que eram voltadas a sensibilidades ou emoções eram

dirigidos às mulheres e os que estavam voltados às ciências, inovação e tecnologia, aos homens.

A exclusão imposta pelas coerções e proibições do passado (explícitas e claramente visíveis), que impediam as mulheres a muitos espaços públicos e de poder, foram imperceptivelmente substituídas pela auto exclusão e pela “vocação” do presente, formas de exclusão que se fundamentam no poder da fora simbólica. (ÁVILA e PORTES, 2009, p.93)

De acordo com Bezerra (2010) os Estados Unidos, foi o primeiro país a aceitar mulheres na Universidade, no ano de 1837, no Estado de Ohio, foi criada o Women’s College, a primeira universidade exclusiva para mulheres. Na segunda metade do século que a universidade comea a se expandir em outros Estados do País.

Atualmente a insero da mulher no ensino superior, supera a quantidade de homens que estão nas universidades, isso acontece por diversos fatores, principalmente o geracional, ainda que o papel da mulher seja estigmatizado pelo cuidado com a casa, família, maternidade e etc, as mulheres de hoje, almejam outro tipo de papel na sociedade e isso está diretamente ligado a sua formao profissional. Outro fator importante é o papel dos movimentos sociais feministas que vêm quebrando tabus e incentivando a mulher a seguir os caminhos que deseja trilhar, ingressando em cursos que anteriormente eram majoritariamente masculinos e logo adentrado no mercado de trabalho e ganhando destaque, embora ainda possuam s lario inferior aos homens.

De acordo com Beltrão e Alves (2016) no período colonial não havia incentivo para a educao formal dos homens, mas, ainda assim, aqueles que pertenciam a burguesia possuíam oportunidades de acesso a educao formal, enquanto as mulheres eram excluídas desse processo, a tradio cultural ibérica considerava as mulheres subalternas e logo acreditava, que não havia necessidade de aprenderem a ler e escrever. No Império a legislao foi alterada e as mulheres passaram a ter direito ao ensino primário, entretanto elas permaneceram excluídas.

A instaurao da República garantiu algumas melhorias nesse sentido, mas não o suficiente. Somente após a Revoluo de 1930, houve avanos mais expressivos. Em 1882 com a Independência, a conjuntura social e econ mica do país sofreram alteraes e com isso as demandas pelo ensino formal comearam a crescer, visto que comeou a ser visto pelas classes intermediárias como uma maneira de adquirir mais ascensão social. Nessa conjuntura os governantes determinaram que o ensino primário deveria ser de responsabilidade do Estado e direcionado também as meninas, porém as aulas deveriam ser ministrada por professoras,

entretanto como não havia-se investido na educação das mulheres nos anos anteriores, não existiam muitas professoras qualificadas, além disso houve dificuldade em despertar o interesse dos pais em matricular suas filhas no ensino regular.

“O hiato de gênero (gender gap) na educação ocorre quando existem diferenças nos níveis de escolaridade entre homens e mulheres.” (BELTRÃO e ALVES, 2016, p.2) Em grande parte do século XX os níveis de alfabetização de homens e mulheres eram desiguais e isso acontecia em decorrência das condições estruturais da sociedade, onde existia a divisão sexual do trabalho que impelia as mulheres a as atividades de reprodução privada (afazeres domésticos) e aos homens atividades públicas (extra-domésticas). “Neste arranjo, as mulheres tiveram menor acesso à escola do que os homens, pois além de a oferta de vagas ser pequena, a cultura sexista e patriarcal designava aos homens o papel de provedor, cabendo-lhes as melhores oportunidades educacionais e de trabalho remunerado.” (BELTRÃO e ALVES, 2016, p.6)

Em 1881 foi um decreto imperial permitiu que as mulheres ingressassem no ensino superior, embora os currículos fossem diferenciados, e que as mulheres fossem incentivadas a ingressar nos cursos considerados femininos, esse decreto é um marco histórico para o acesso à educação das mulheres. Há divergências de informações acerca de quem foi, qual curso conclui e onde se formou a primeira mulher a ingressar no ensino superior no Brasil, porém a maioria das informações apontam que isso só aconteceu nos anos 1880. Em 1961 com a promulgação das Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), garantiu-se a equidade de todos os cursos de grau médio, fomentando as chances das mulheres que faziam magistério ingressarem na universidade.

A expansão do ensino no Brasil continuou após o processo de redemocratização do país, com a instalação da chamada “Nova República”, em 1985. Nos anos de 1990 houve um desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a manutenção das crianças na escola (Bolsa Escola) e um esforço para a universalização da educação básica. No ensino superior, houve um grande crescimento das universidades privadas, que ultrapassaram em muito o número de estudantes matriculados em relação à universidade pública. A expansão geral das vagas no ensino brasileiro favoreceu especialmente o sexo feminino. Na segunda metade do século XX, as mulheres conseguiram reverter o hiato de gênero na educação em todos os níveis. Elas souberam aproveitar as oportunidades criadas pelas transformações estruturais e institucionais ocorridas no país. Mas, sobretudo, a reversão do hiato de gênero foi uma conquista que resultou de um esforço histórico do movimento de mulheres, fazendo parte de uma luta mais geral pela igualdade de direitos entre os sexos. (BELTRÃO e ALVES, 2016,p.6)

As lutas femininas foram fundamentais para que as causas femininas ganhassem visibilidade e que as oportunidades de acesso à educação crescesse. Segundo Beltrão e Alves (2016) Nisia Floresta (1810-1875) foi uma das percussoras na luta pela alfabetização

feminina, criando uma escola inovadora no Rio de Janeiro. A imprensa feminina surgiu com os primeiros jornais redigidos por mulheres, na segunda metade do século XIX, também foi uma aliada ao processo de lutas pelo direito a educação da mulher, gradativamente a imprensa feminina foi consolidado a compreensão de que a educação era essencial para a emancipação das mulheres e para a prosperidade familiar. No mesmo período as mulheres contribuíram efetivamente para dois movimentos sociais que ocorriam na época: as lutas contra a escravidão e pela República. A partir do ano de 1930, o cenário começa a ter mudanças significativas, o Decreto de Lei de 1932, garantiu as mulheres o direito ao voto, o que contribui para o aumento do número de matrículas femininas, os autores relacionam esse fato ao interesse político dos governantes da época.

Um dos efeitos do direito ‘de voto feminino, que precisa ser melhor investigado, é que interessava aos partidos políticos conquistarem mais eleitores. Os políticos tinham interesse na alfabetização geral da população e, em especial da alfabetização das mulheres, pois somente as pessoas alfabetizadas podiam votar. As mulheres eram eleitoras, mas raramente eram candidatas. Neste quadro, elas souberam aproveitar o apoio dos políticos na alfabetização feminina e, resgatando seus próprios interesses, entraram maciçamente nas escolas, concretizando o acesso à educação, conforme o desejo das feministas, como Nísia Floresta. (BELTRÃO e ALVES, 2016, p.7)

Outro avanço de extrema importância para as mulheres aconteceu mediante a Lei 4.12, conhecida como Estatuto da Mulher Casada que anulou vários quesitos ultrapassados contidos no Código Civil de 1916 “que identificava o status civil da mulher casada ao dos menores, silvícolas e alienados – tornando-a, portanto, civilmente incapaz. Toda a estrutura do Código se baseava no conceito de Pátrio Poder, isto é, no poder dos maridos e dos pais (homens).” (BELTRÃO e ALVES, 2016, p.7). Outros fragmentos do Código Civil de 1916 que possuíam discriminações de gênero, foram anuladas apenas pela Constituição de 1988 e pelo Código Civil de 2001.

Com as imposições da ditadura militar o movimento feminista não conseguiu se estabelecer enquanto coletivo de transformação, somente nos anos 70 o feminismo brasileiro passou a se consolidar e garantir participação no cenário da política nacional, o ressurgimento desse movimento no Brasil, contou com auxílio internacional, principalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) do Ano Internacional da Mulher, em 1975.

O direito ao voto e em seguida a participação das mulheres na política que garantiu que a luta contra as desigualdades de gênero passassem a fazer parte da política nacional,

também foram processos importantes para avanços femininos, não só no âmbito educacional, mas também no econômico-social, tendo em vista que unido ao acesso à educação vieram outras conquistas, como entrada no mercado de trabalho, emancipação política, maiores direitos reprodutivos e sexuais, visando aumentar a representação parlamentar feminina.

O século XX terminou de forma completamente diferente do que começou e dentre todas as conquistas femininas, a reversão do hiato educacional de gênero foi uma das mais significativas. A educação brasileira ainda carece de uma expansão quantitativa e qualitativa para atingir os padrões internacionais já alcançados por países com o mesmo nível de desenvolvimento. Contudo, nas últimas décadas, o número de anos de estudo médio cresceu bastante para ambos os sexos, sendo que as mulheres ultrapassaram os homens em todos os níveis educacionais. As conquistas na educação vieram acompanhadas de outras conquistas, como a entrada no mercado de trabalho, a maior presença na política, maior autonomia e liberdade, maiores direitos sexuais e reprodutivos, etc. (BELTRAO e ALVES, 2016, p. 8)

Ao decorrer das décadas, através das lutas sociais e conquistas de direitos femininos o número de matrículas e mulheres no ensino superior obteve crescimento significativo. O Censo da Educação Superior de 2016 aponta que o número de matrículas no ensino superior correspondem a 57% feminino e 43% masculino.

2.2 De Objeto Científico a Pesquisadora

No texto *Racismo e Sexismo*, Lélia González (1984) começa retratando um caso, recorrente na história dos negros, que são “convidados” a participar de uma festa como os brancos, porém a intenção desse convite se resume a utilizar do corpo e história do negro para as suas produções. Por isso o subtítulo “De objeto científico a pesquisadora”, durante séculos a nossa população foi vista pelos brancos, como oportunidade de desenvolver suas pesquisas, eram as nossas histórias contadas por quem nunca as vivenciou, cheias da percepção de homens que antes nunca haviam se aproximado de um negro, hoje a história muda de cenário, a população que antes era vista como o objeto se torna a autora da sua própria história, contada por quem vivencia ser negro no Brasil, como é o exemplo deste trabalho.

Se o acesso à educação para mulheres que pertenciam as classes mais favorecidas aconteceu através de conflitos e lutas sociais, o acesso da mulher negra ao ensino superior ocorreu de maneira tardia e travada de embates sociais, políticos e econômicos, tendo em vista que as mesmas oportunidades nunca foram ofertadas para negros e brancos na mesma proporção.

Sabe-se que a população negra é historicamente marginalizada e levada a ocupar espaços considerados subalternos, o acesso ao ensino superior é visto por essa população como oportunidade de ascender socioeconomicamente. As famílias que outrora nunca se

imaginaram tendo acesso a universidades, hoje vê seus filhos e netos, ingressando no ensino superior, ainda que com dificuldades redobradas, principalmente quando refere-se a permanência.

Segundo Santos (2009), as discriminações causadas pela cor da pele, principalmente da população negra e parda atuam como elementos que afetam negativamente a trajetória e permanência escolar. A luta pela educação formal, se torna uma das principais travadas pelo movimento negro, especialmente no início do século XX, diversos artigos eram publicados, reivindicando e incentivando o acesso da população negra a educação formal, que se tornava uma oportunidade de superar as desigualdades e ascender social, político e economicamente. Nos anos 30 a Frente Negra registrou no seu estatuto a necessidade da oferta de educação formal, como condição essencial para a ascensão, assim delegou 11 Departamentos, um deles era o “Departamento de Instrução e Cultural” que era responsável pela educação, assim a Frente Negra tocou cursos de alfabetização e vocacionais para adultos, surgindo assim uma categoria organizativa voltada a educação. Nos anos 70 houve uma rearticulação do movimento negro e ele passa a se rebelar em relação as injustiças raciais e na busca pelos direitos sociais, entendeu-se a necessidade da criação de uma organização de caráter político, que para além de fazer as denúncias, refletisse e proposse formas de enfreamento e superação das desigualdades sociais.

O acesso da população negra a educação formal, aconteceu através de embates e lutas propostas pelos movimentos sociais. As dificuldades estão postas e a nossa população segue enfrentando os obstáculos que são colocados frente aos nossos direitos.

Pereira (2008) afirma que embora a educação superior possibilite que a mulher negra alcance elevação social, econômica e profissional, o fato de possuir um curso de graduação universitário e uma boa atuação no âmbito profissional, não garante que essas mulheres estarão livres de sofrer racismo, em algumas situações a excelência do trabalho da mulher negra, não é sequer reconhecido tampouco valorizado.

Se o ingresso de homens e mulheres negras nas universidades acontecem em menor proporção, logo haverá uma grande disparidade no quantitativo de professores negros nas universidades, sendo assim os espaços ocupados majoritariamente pela população negra nas universidades são os de técnicas e trabalhadoras terceirizadas, que também são objeto dessa pesquisa. Bel Hooks, nos chama atenção para um fato recorrente e interessante que é a negação da mulher negra intelectual. É muito difícil associar a imagem de uma mulher negra a uma intelectual, a autora apresenta um exemplo clássico, quando não sabe-se o gênero da

autoria de um determinado texto, porque costuma-se chamar pelo sobrenome, logo associa-se a imagem de um autor homem e branco, a imagem de intelectual construída está relacionada a um homem branco, em algumas vezes a mulheres brancas, mas dificilmente a homens e mulheres negras.

“Não reconhece o impacto do gênero nem discute o modo como as ideias sexistas de papéis masculino/ femininos são fatores que informam e moldam tanto nosso senso do que e ou pode ser a intelectual negra quanto sua relação com um mundo de ideias que transcende” (HOOKS, 1995). Outro fator apresentado pela autora são as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras intelectuais que atuam nas faculdades e universidades, visto que a intelectualidade da mulher negra vista como suspeita, como se o conhecimento adquirido e acumulado por essas mulheres não a pertencessem, como resposta a essa realidade posta pelo racismo e sexismo, algumas delas preferem negar sua capacidade intelectual e outras escolhem ser acadêmicas, porém evitam classifica-se como intelectual.

Nos próximos capítulos discutiremos com as violências de gênero e raça atravessam a vida de mulheres negras, visto que vivemos em uma estrutura de sociedade que nos violentam cotidianamente, e como as expressões dessa sociedade atingem essas mulheres no ambiente acadêmico.

3. GÊNERO E RAÇA: DOIS CONCEITOS, DUAS DISCRIMINAÇÕES.

Segundo Aguiar (2007), sociologicamente pode-se dizer que a raça é uma construção social, já que biologicamente a concepção de raça não se sustenta para discutir nossas diferenças enquanto indivíduos, porém na esfera social somos classificados pela raça e isso carrega significados simbólicos e estigmatizados, por exemplo a raça é considerado um dos fatores determinantes no preenchimento das posições na estrutura de classes, bem como nos âmbitos políticos, sociais e econômicos.

O racismo se sustenta com a relação de superioridade entre uma raça e outra, nesse caso que a população branca é superior a negra e indígena. O racismo é a crença da hierarquização de raças, de que são naturalmente inferiores ou superiores, que as características fenóticas são vistas como atributos positivos ou negativos, justificando a superioridade ou inferioridade de uma raça sobre a outra. (CFESS - Racismo – Série Assistente Social no Combate ao Preconceito, 2016). Embora o Brasil seja um país que se construiu no processo de miscigenação, o racismo se faz presente em diversas esferas, ficando nítido a existência do mesmo, mas, ainda assim, as pessoas possuem dificuldade de assumir que são racistas, embora as suas práticas sejam preconceituosas, assumi-las é assinar o atestado de que são pessoas racistas.

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177 apud SILVA, 2013, p.110)

A categoria negro constrói-se baseando-se nas relações sociais e características associadas aos negros. Existem diversos comportamentos que ligeiramente são relacionados a população negra, sem que isso tenha algum embasamento biológico, na verdade a necessidade de rotular os comportamentos desses grupos, são mais uma expressão das discriminações sociais no Brasil. “Os negros são apreendidos como categoria singular, resultando não mais haverem negros, mas “o negro”, adimindo-se no máximo, a pluralidade nacional exprimida o rótulo “o negro brasileiro”. (SUAREZ, 1992, p.3)

Quando se pensa na população negra brasileira, logo lembra-se do período escravocrata, onde os negros não tinham nenhum tipo de direitos, muito pelo contrário tudo que podia ser tirado dessa população, era retirado de maneira fria e cruel. Até hoje a

população negra sofre com os resquícios deixados pela escravidão, embora seja maioria no país

Segundo Scott (2012) a palavra gênero surgiu através das feministas americanas, relacionado-a o sistema social de correlações entre os sexos. “A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou “diferença sexual”. (SCOTT, 2012, p.72) O uso gramatical da palavra gênero especifica fenômenos e categorias, responsável por diferenciar grupos, nesse sentido atribuído ao feminismo e masculino. Carloto (2001) afirma que a existência do gênero está diretamente relacionada a desigualdade na distribuição de responsabilidades na produção social, que não é passível de escolhas pessoais, sendo que essa distribuição tem critérios sexistas, classistas e racistas. Afirmando que a construção de gêneros acontece mediante a dinâmica das relações sociais. “Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que está relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma.” (CARLOTO, 2001, p. 202)

Para Luiza Bairros (2011), o uso do conceito da palavra mulher, inclui tanto a dimensão do sexo, quanto a construção social de gênero. A sociedade se divide através da colocação de que existe a natureza feminina e a natureza masculina, assim as diferenças entre homens e mulheres são aceitas como características naturais. “Dessa perspectiva a opressão sexista é entendida como um fenômeno universal sem que, no entanto, fiquem evidentes os motivos de sua ocorrência em diferentes contextos históricos e culturais” (BAIROS, 2011, p.459)

Conforme Suarez (1992) a construção da categoria mulher igualmente a categoria negro, é singular e atravessa discursos de diferentes origens sociais e posicionamentos ideológicos diferentes, inclusive do senso comum. O autor aponta que as diferenças entre sexo e gênero, afirmando que sexo é uma realidade posta desde o nascimento do indivíduo, ou seja, está relacionado ao biológico, pois nasce-se macho ou fêmea, enquanto gênero está associado as construções sociais e ao contexto cultural, logo o sexo não determina o gênero.

A observação de que, devido a que o sexo precede ao gênero, estabelece-se freqüentemente uma relação de causalidade da qual se conclui que sexo determina gênero, levou a crítica a procurar, na teoria da língua e dos fenômenos cognitivos, esquemas conceituais capazes de desconstruir essa relação. [...]Do mesmo modo, "mulher" não guarda nenhuma relação específica com o sexo feminino, muito embora essa realidade lhe preceda. O sexo é a realidade dada (assim como a torrente de água) em cuja ausência não existiria gênero. [...] Em virtude dessa indeterminação é que enquanto machos e fêmeas existem, idênticos, em toda parte, os gêneros construídos a partir deles diferem conforme o contexto cultural. Se conclui, então, que o sexo não determina o gênero mas que o gênero é o sexo posteriormente pensado ou dotado de significado (SUAREZ, 1992, p.11)

3.1 Interseccionando gênero e raça

Historicamente a mulher negra sofre opressões, na interseccionalidade entre gênero e raça. “A mulher negra no Brasil é discriminada duas vezes: por ser mulher e por ser negra” (AGUIAR 2007, p.87). Segundo Carneiro (2003), a violação colonial no Brasil e América Latina, dos homens brancos com as mulheres negras e indígenas é o que estrutura as hierarquias sobre gênero e raça, visto que as violências são naturalizadas desde o período colonial e os casos de violências sexuais romantizadas. A violação colonial e a miscigenação originam as construções da identidade nacional e da nossa falsa igualdade/democracia racial. Carneiro (2003, p.1) afirma que as mulheres negras “tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina”

É perceptível que a população branca possui privilégios, enquanto a população negra segue sendo inferiorizada, liderando números de pobreza, desemprego, escolaridade baixa, etc. Quando se trata de opressões, existe dentro da população negra um grupo que é ainda mais violentado e oprimido, que são as mulheres negras. As mulheres negras compõem a base da sociedade, estando abaixo da mulher branca, do homem negro e do homem branco, enfrentando assim opressões que partem desses outros grupos. “O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas.” (CARNEIRO, 2003, p.3).

De acordo com Silva (2000), as mulheres negras possuem menor prestígio na esfera social e lhe é atribuído um papel subserviente, que as colocam como inferior as mulheres brancas e aos homens brancos e negros, no primeiro caso porque a mulher branca desde tempo colonial possui uma dominação sobre as mulheres negras, além de serem vistas diferentemente e alcançarem posições que a mulher negra tem inúmeras dificuldades para também alcançar. E é oprimida pelos homens negros e brancos que dentro de uma sociedade machista, “numa ideologia patriarcal e eurocêntrica, acredita que tem maiores qualidades físicas, biológicas, intelectuais, de liderança para gerir a sua vida e a de outrem” (SILVA, 2000, p.4), sobretudo sobre as mulheres negras. Isso porque as relações de dominação sobre as mulheres negras carregam características históricas que traçam o perfil da mulher negra como subservientes, “concorre ainda o aspecto ideológico que alimenta o imaginário social e atrela à mulher negra a imagem de subserviente, menos capaz, “mãezona”, “boazinha” e

resignada à sorte.”(SILVA, 2000 p. 4) feias pois não correspondem ao perfil eurocêntrico de beleza, fortes pois são consideradas mulheres capazes de suportar tudo, inclusive qualquer tipo de dor, etc.

Segundo Aguiar (2007), é notável que a pobreza no Brasil tem cor, por isso raça cor e gênero são conceitos essenciais para se pensar sobre as hierarquias sociais. Segundo dados do Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA 2011 apud Silva 2013, p.115), no ano de 2009 13,4 % das mulheres negras viviam em uma situação de extrema pobreza, enquanto apenas 5,5% de mulheres brancas estavam na mesma situação.

Os casos de agressões físicas também são mais recorrentes com mulheres negras, Waiselfisz (2015) afirma que nos vários Mapas da Violência em que foram abordados a questão da incidência da raça/cor foi notável que a mulher negra é a vítima prioritária da violência homicida e que as taxas de homicídio da população branca, tendem a cair, entretanto essas mesmas taxas tendem a aumentar quando se trata da população negra e por isso o índice de vitimização da população negra tem um crescimento expressivo. Enquanto o número de homicídios de mulheres brancas em 2003 cai em torno de 9,8%, o índice de homicídios de mulheres negras cresce cerca de 54, 2% do mesmo ano. (WASELFISZ, 2015)

As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social. (SILVA, 2013, p.1)

Conforme Paviani (2016) termo violência, vem do latim, *violentia*, que significa a ação de violar a si próprio ou a alguém. De acordo com a referida autora existem tantas formas de violências, que é dificultoso numerá-los de maneira satisfatória., as expressões de violência estão relacionadas também ao contexto cultural de cada sociedade.

o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética. (PAVIANI, 2016, p.8)

Segundo a autora, existe as possibilidades de a violência ser natural ou artificial, referindo-se a primeira possibilidade, nenhum de nós isento de sofrer violência, sendo ela uma característica de todos os seres humanos, logo, nós também somos violentadores. A violência acontece na sociedade de modo novo, não conseguimos fugir dela completamente. Em alguns

momentos nós desempenharemos este papel, a relação do ser humano com a violência se configura como uma relação de dualidade. A violência artificial, correntemente se representa com o excesso de força de uns sobre outros.

Segundo Crenshaw (2004), têm estudos apontado que os processos abertos por mulheres afro-americanas são os que menos levam a prisão dos seus culpados e os que tem menos credibilidade na sua avaliação, enquanto a prisão de um estuprador de uma mulher negra é em média de dois anos o de uma mulher branca é de média de 10 anos. Todos os fatores que geralmente respaldam as mulheres brancas, são facilmente descartados quando a vítima é uma mulher negra. “Há estereótipos de gênero que determinam quem é uma mulher boa e quem é uma mulher má. Há estereótipos de raça que pré-determinam que as mulheres afro-americanas serão categorizadas como mulheres más, a despeito do que fazem e de onde vivem.” (CRENSHAW, 2004, p. 13) A autora chama a atenção para um duplo problema que é a discriminação em si e a invisibilidade que os movimentos sociais dão a intersecção de gênero e raça.

O fato das mulheres negras ocuparem os níveis de pobreza mais altos do país está diretamente relacionado com as oportunidades que são oferecidas a essas mulheres, sabe-se que o acesso à educação é extremamente precarizado e pouco incentivado e várias mulheres têm que abandonar a escola para ajudar ou até mesmo manter o sustento da família. Ainda que a mulher negra ainda que possua qualificação profissional superior a branca, ganha menos do que ela, para as duas estarem no mesmo nível de mercado profissional, a mulher negra precisa ter anos de estudo a frente da branca, além do que as oportunidades de emprego oferecidas a mulheres negras, estão relacionados a trabalhos considerados pela sociedade como inferiores. Conforme Carolina Pinho (2015), o salário de uma mulher negra corresponde a aproximadamente 30% do salário de um homem branco que exerce a mesma função. A jornada semanal de trabalho de mulheres negras e brancas são iguais, porém as mulheres negras usam 2,1 horas semanais a mais que as mulheres brancas nos afazeres domésticos.

Como podemos observar a trajetória de mulheres negras é atravessada por diversos tipos de violência. Os movimentos sociais, são grandes aliados para o enfrentamento dessas violências.

O feminismo é um movimento político e social que busca a garantia da igualdade dos direitos sociais entre homens e mulheres e milita no sentido da autonomia das mulheres e da sua emancipação no sentido de quebra dos estigmas que a mulher carrega devido à construção patriarcal em que o nosso país se originou e se mantém. “[..]é um movimento que produz sua

própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou” (PINTO, 2010, p. 15). De acordo com a referida autora, o movimento feminista teve início primeiramente na Inglaterra, nas últimas décadas do século XIX, com mulheres de classe média, que passaram a se organizar em luta pelos seus direitos, sendo o primeiro deles o direito ao voto, esse movimento foi denominado de movimento sufragista.

A história do movimento feminista, de acordo com Toledo (2011), pode ser compreendida a partir de três grandes ondas. A primeira situa-se no final do século XIX, denominado de movimento sufragista (luta por direito ao voto feminino) e por direitos democráticos (direito ao divórcio, educação completa, trabalho, etc.). A segunda, no final dos anos 60, a luta por liberação sexual, e a terceira, no final dos anos 70, uma luta de caráter sindical, protagonizada pela mulher trabalhadora, na América Latina. (TOLEDO 2001 apud RAIMUNDO, GEHLEN e ALMEIDA, 2016 p. 2)

A maioria das mulheres que iniciaram o movimento feministas, eram formadas ou já tinham acessado à educação formal, logo entende-se que a maioria dessas mulheres eram brancas. A luta do feminismo abrangia apenas as relações sociais de gênero em geral, sem pensar as especificidades de alguns grupos, por isso ao decorrer da história do feminismo foram surgindo várias vertentes do movimento. As mulheres brancas não conseguiam enxergar a articulação do gênero e raça nas opressões vivenciadas pelas mulheres negras, assim surgiu o feminismo negro, para pensar justamente nas particularidades que atravessam a trajetória de mulheres negras e combatê-las. A não aceitação de que existem grupos são mais oprimidos do que outros, gerou conflitos.

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p. 118)

As violências vivenciadas pelas mulheres negras, apresentam diversas características típicas e que acontecem de várias maneiras e em diferentes âmbitos, por isso é muito importante a inserção de mulheres negras de todas as classes nos movimentos sociais, sobretudo, feministas pois ninguém melhor que elas para pautarem suas especificidades e confrontá-las. Carneiro (2013, p.2) afirma que o feminismo negro foi “construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas [...] tem como principal eixo articulador

o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.”

Segundo Carneiro (2003) o movimento de mulheres do Brasil é um dos mais atuantes e reconhecidos do mundo, além de ser um dos movimentos sociais que tem obtido melhor execução no país. O feminismo brasileiro travou diversas lutas e contribuiu significativamente para a democratização do Estado e com implementações nas políticas públicas, como os encaminhamentos da Constituição de 1988, a luta contra a violência à mulher, Conselhos de Condição Feminina dos Conselho. De acordo com González, as concepções do feminismo brasileiro:

padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um ^{eixo} articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo. (GONZÁLEZ, 2000, apud PINTO 2003, p.3)

Além de colocar em questão as contradições que são resultados da articulação entre raça, classe e gênero, a luta das mulheres negras vem enegrecendo o movimento de mulheres do país e feminizando o movimento negro. Carneiro (2013, p.3) aponta que “a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.”

4 A PRESENÇA DA MULHER NEGRA – Discriminações e opressões no ambiente universitário

Nos últimos anos o número de mulheres negras que ingressou no ensino superior, tem crescido, porém não condiz com a realidade populacional do país. Ao decorrer dos capítulos anteriores, pudemos observar os embates vivenciados por mulheres e negros no ingresso ao ensino superior, além disso, as especificidades em ser mulher e negra.

As mulheres estudam por mais anos que os homens. Entre as pessoas de 25 a 44 anos de idade, o percentual de homens que completou a graduação é de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens. No entanto, o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) e é mais do que o triplo daquele encontrado para os homens pretos ou pardos (7%). Os dados fazem parte da pesquisa "Estatísticas de gênero", divulgada na quarta-feira 7 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Carta Capital, 2018)

De Conforme Maito e Severi (2017), a questão da violência contra mulheres nas universidades brasileiras, passou a entrar em debate quando práticas violentas ocorridas nos trotes¹ começaram a ser denunciadas, em seguida outros casos de violência contra a mulher negra começaram a ser expostos.

Em qualquer posição que a mulher negra ocupe na universidade ela será violentada, o fato de ela ser uma grande intelectual, não fará com que ela não sofra as consequências da relação entre gênero e raça, assim podemos constatar que as formas de violências serão diferenciadas, a depender da posição que ela ocupa na instituição, mas não deixará de existir por isso.

Atualmente professoras autoras do Dossiê sobre lesbocídio no Brasil de 2014 – 2017, estão sendo perseguidas, em especial Maria Clara Marques Dias, professora titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa aborda a morte de lésbicas no cenário mundial e desde que foi lançado em março de 2018, o Dossiê e suas autoras vem sendo alvo de deslegitimação e perseguição “O ódio ao trabalho do núcleo e às pesquisas da professora Maria Clara é apenas uma versão mais explícita de um duplo modo de violência contra as mulheres: por serem mulheres e por ousarem denunciar a violência que sofrem nessa condição.” (Projeto Colabora, 2018)

No artigo Intelectuais Negras, Bell Hooks (1995) aponta “As intelectuais negras que trabalham em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita.” (p. 467) Ainda que a mulher negra ocupe um espaço de

¹ Os trotes são “práticas violentas, interpretadas como brincadeiras, ferem a dignidade de grupos sociais, sobretudo de mulheres.” (MAITO E SEVERI, 2017, p. 5)

destaque dentro da academia, a sua presença, produções acadêmicas e conhecimentos, são colocados em questão, somos vistas como intrusas.

O conceito de conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, mas é sim a reprodução de relações de poder raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade *branca colonial e patriarcal*. (KILOMBA, 2008, p. 4)

A presença de mulheres negras na universidade, é uma afronta aqueles que as inferiorizam, este espaço que nos foi negado por séculos, nos violentar é uma forma de nos expulsar dele. Há alguns anos os casos de opressões vivenciados por mulheres nas universidades vem sendo expostos e gerado a repercussão.

Segundo a Pesquisa do Instituto Avon 42% de mulheres universitárias já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário e 36% já afirmam já ter deixado de fazer alguma atividade na universidade, por receio de ser violentada. 10% relatam que ter sofrido violências de um homem na universidade ou festa acadêmica, porém quando é dado uma lista de violências, 64% afirmar ter sido violentada dentro da instituição de ensino. Já analisando o lado dos homens, apenas 2% afirmar ter cometido algum ato de violência contra essas mulheres, quando mostrado a mesma lista de violências, 38% admitem ter cometido violências.

Só durante esse ano vários casos foram denunciados e expostos na mídia. De acordo com o site de notícias Exame (2018), alunos estão sendo investigados por incitação ao estupro na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Os acusados de diferentes cursos, possuíam um grupo no Whatsapp², onde trocavam mensagens, compartilhando fotos de mulheres que também estudam na universidade e fazendo comentários do tipo “bora meter logo estupro”, “estupro não, sexo surpresa”, essas foram algumas das frases vazadas junto a outras provas. As vítimas organizaram uma série de manifestações no campus, em seguida a UFRA lançou uma nota repudiando as ações dos alunos.

Na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), pelo menos 10 alunas denunciaram um professor por estupro e abuso sexual. Após uma das alunas denunciaram o caso, outras começaram a se manifestar e registrar denúncia contra o agressor. Segundo relato das vítimas a polícia, o professor acariciava e tocava partes íntimas das alunas, após a primeira denúncia, as vítimas passaram a conversar e descobri que o processo tinha postura parecida com várias dela no momento de orientação pedagógica que era quando elas ficavam sozinhas com ele, a partir daí várias delas perceberam que se tratava de abuso sexual. As

² Aplicativo de troca de mensagens, no qual é possível a criação de grupos.

alunas fizeram um ato, cobrando medidas da reitoria contra os abusos dentro da instituição. O professor pediu afastamento por questões médicas e universidade abriu sindicância interna que será conduzida pela Procuradoria – Geral do Estado. (EXAME, 2018)

Como pode-se observar nos casos citados, as instituições de ensino se posicionaram e adotaram medidas objetivando a resolução dos casos. Foram criadas em algumas universidades, através da mobilização da comunidade universitária, comissões, órgãos e grupos que tratam especificamente de violências contra mulher nos campus universitários. Na Universidade Estadual do Ceará (UECE), foi fundado o Núcleo de Acolhimento Humanizado às vítimas de violência, que “irá atuar como um ponto de apoio jurídico e psicológico para mulheres que tenham sofrido algum tipo de violência dentro da instituição.” Neste núcleo elas serão recebidas e orientadas acerca das medidas que devem tomar e quais locais buscar nos casos em que forem violentadas. (MEC, 2017 apud MAITO e SEVERI) O documento “Diretrizes sobre assédio moral, sexual, discriminação e desigualdade na faculdade de direito da PUC/SP”, com o objetivo de prevê e garantir a divulgação de medidas que possam ser adotadas no enfrentamento de violências contra a mulher, foi criado por um grupo do curso de direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). (PIMENTEL e CAMPILONGO, 2015 apud MAITO E SEVERI, 2017).

Porém essa é a realidade de poucas universidades do Brasil, as instituições de ensino superior não estão preparadas para lidar com essas denúncias e mobilizações e nem oferecem o suporte necessário para as violentadas.

De acordo com a Carta Capital, recentemente um médico foi absolvido em segunda instância, ele é acusado de em 2012, ter dopado e violentado sexualmente pelos menos 6 alunas da USP – Universidade de São Paulo, quando ele também era aluno da instituição. Na época, o aluno não foi expulso da universidade, só após muita pressão, a Faculdade de Medicina da USP o suspendeu por 180 dias, passado esse período, retornou a universidade, onde finalizou seu curso, em 2015.

Foi organizado por professoras um grupo chamado a Rede Não Cala, que milita contra o estupro na universidade, as integrantes não se surpreenderam com o resultado a favor do agressor, uma das vítimas depôs contra o agressor oito vezes no mesmo processo pela universidade, o que retoma as lembranças dos fatos e evidencia a deslegitimação da fala das vítimas, sobretudo quando são mulheres, rememorar os fatos por oito vezes, significa revivê-los dolorosamente na tentativa de alcançar justiça, uma das professoras do grupo afirmou que a vítima se encontra muito abalada. Quando ocorreram os casos uma professora se mobilizou,

a fim de impedir que o agressor recebesse o seu diploma, porém ele se formou e a professora foi afastada.

O caso não é isolado, mas muito corriqueiro, segundo uma das professoras da Rede Não Cala “recebe, pelo menos, dez casos de alunas que sofreram estupro, no campus ou em festas da universidade”. Algumas buscam as professoras procurando atendimento. “Só eu já atendi umas 15 meninas nos últimos dois anos. Mas dessas só uma fez denúncia formal na universidade”, relata. (Carta Capital, 2018) De acordo com o Jornal do Campus da USP, foram 130 casos nos últimos 5 anos. Segundo alunas e professoras, as vítimas encontram vários obstáculos burocráticos no processo de denúncia, que em muitos casos, não chegam a uma resolutiva. Uma das professoras afirma que não há atendimento adequado para realizar a denúncia, os espaços não garantem sigilo as vítimas, além de elas se sentirem fragilizadas após o ocorrido.

No site de notícias BBC News, foi divulgado a seguinte notícia “Estupros na USP expõem omissões de universidades”, o texto discorre sobre violências, sobretudo de gênero, direcionado a alunas da universidade, principalmente em festas e trotes “As denúncias recentes de casos de estupro ocorridos em uma das faculdades mais tradicionais do país expuseram um problema recorrente em várias universidades brasileiras: a omissão das instituições para coibir os abusos em trotes e festas universitárias” (BBC News, 2018).

4.1 Metodologia

Esta pesquisa fundamenta-se em estudo bibliográfico (livros, artigos, revistas, site de notícias e bancos de dados IBGE, IPEA, Censo da Educação Superior). Trata-se de um trabalho de caráter exploratório, pois pretende-se com uma aproximação maior do objeto de pesquisa, encontrar novas categorias, visto que existem poucos escritos sobre a temática.

Utilizamos a abordagem qualitativa que, conforme Laville e Dionne, “apoia-se, como a precedente, em uma categorização dos elementos [...] Seu postulado subjacente é que a especificidade dos elementos do conteúdo e as relações entre esses elementos são portadoras da significação da mensagem analisada e que é possível alcançá-la sem mergulhar na subjetividade.” (1999, p. 225)

Para nos apoiar durante as entrevistas semiestruturadas, utilizamos um roteiro de entrevistas (APÊNDICE C). com 4 seções. A primeira a caracterização da vítima, objetivando traçar o perfil dessas mulheres, a segunda parte consiste na caracterização do caso, na terceira

seção temos a caracterização do (a) agressor (a) e por último as denúncias e procedimentos adotados pela entrevistada e pela instituição.

O público das entrevistas foram mulheres negras que estão inseridas no ambiente universitário, sendo docente, discentes, técnica ou terceirizadas, entretanto quando divulgamos a pesquisa em Redes Sociais em busca de colaboradoras, apenas discentes, de cursos de universidades distintas, se propuseram a participar da coleta. Isso não significa dizer que as outras mulheres que compõem a Comunidade Universitária não são atingidas por essas violências, ao contrário, o fato de outras categorias não terem se disponibilizado a participar, pode ter outros significados.

As entrevistas foram concedidas por livre e espontânea adesão, foi publicado um texto (APÊNDICE A) nas redes sociais (Facebook, Instagram e Whatsapp³) e estrategicamente em grupos de universidades, não havendo restrições sobre a instituição de ensino. Assim as entrevistadas entraram em contato através de e-mail (endereço eletrônico) ou das próprias redes sociais, informando que gostariam de participar da pesquisa. As entrevistas ocorreram de acordo com a disponibilidade de cada entrevistada e em um local escolhido por elas, sendo que apenas uma, por questões de disponibilidade, respondeu o formulário e o enviou por e-mail.

Para garantir o consentimento das entrevistas e sigilo das informações, foi entregue mediante o ato da entrevista ou do e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B), com o intuito de assegurar as entrevistadas que todas as informações colhidas, serão utilizadas apenas para os fins deste trabalho, além de garantir que a identidade delas serão preservadas.

4.2 Taís, Sueli e Carolina, quem são as vítimas?

Após a divulgação, seis (6) mulheres demonstram interesse em participara da pesquisa e entraram em contato através das próprias redes sociais, uma delas deixou de responder as mensagens e as outras duas, não responderam ao roteiro de entrevistas em tempo hábil para a análise dos dados. Três (3) mulheres cederam entrevistas, todas autodeclaradas negras e com faixa etária entre 22 a 32 anos. Sendo elas estudantes de universidades públicas da Bahia dos Cursos de Serviço Social, Letras – Francês e Comunicação Social – Jornalismo.

Pedimos que as entrevistadas sugerissem nomes fictícios para serem relacionados a sua fala durante a pesquisa, apenas uma delas sugeriu. Assim a chamaremos de Taís

³ Esses aplicativos foram escolhidos por reunirem o maior número de usuários das redes sociais.

acrescentando o Araújo, fazendo menção a Taís Araújo, uma das maiores atrizes brasileiras, engajada no movimento feminista negro, recentemente Taís foi designada Defensora dos Direitos das Mulheres da Organização das Nações Unidas – ONU brasileira. Identificaremos as outras como Sueli Carneiro, mulher negra, doutora em Educação pela USP e fundadora do Géledes – Instituto da Mulher Negra, que foi a primeira instituição do feminismo negro em São Paulo, além do Portal Géledes ser atualmente um dos maiores canais de informação para, sobre e construído por mulheres negras. A terceira será denominada Carolina de Jesus, uma das primeiras escritoras negras do Brasil, que deixou seu legado de aprendizados através dos seus escritos. Para garantir proteção a identidade das vítimas, ao decorrer do texto quando alguma delas houver citado o nome da instituição ou campus de ensino substituiremos por “Universidade”.

O primeiro dado da pesquisa é que Sueli Carneiro e Taís Araújo, afirmaram que já sofreram vários casos de violências na universidade, cada uma escolheu dois casos que as marcaram para registrar no momento da entrevista, assim vamos identificar os casos como Sueli Carneiro 1, Sueli Carneiro 2, Taís Araújo 1, Taís Araújo 2, para ficar evidente a que caso estamos nos referindo nos trechos das falas, vale ressaltar que no primeiro caso que Taís relatou, ela estudava em outra Universidade.

4.3 Caracterização dos casos

Na segunda seção do roteiro de entrevistas, pedimos para que as entrevistas caracterizassem os casos, a fim de apontar os tipos de violências que elas sofreram, a idade e o período em que estavam quando sofreram as opressões, elementos fundamentais para as discussões dos casos.

Que idade você tinha quando sofreu a violência?

Sueli Carneiro 1	Sueli Carneiro 2	Taís Araújo 1	Taís Araújo 2	Carolina de Jesus
25 a 29 anos	Acima de 30	17 a 20 anos	21 a 24 anos	21 a 24 anos

Quadro 1: Caracterização dos casos.

Em que período você estava quando sofreu violência?

Sueli Carneiro 1	Sueli Carneiro 2	Taís Araújo 1	Taís Araújo 2	Carolina de Jesus
Semestres Iniciais	Meio do Curso	Semestres Iniciais	Meio do curso	Final do Curso

Quadro 2: Caracterização dos casos.

Nos 5 casos as vítimas possuíam idades e semestres diferenciados, em 1 a vítima possuía de 17 a 20 e estava nos semestres iniciais do curso, 2 de 21 a 24 anos e estavam respectivamente no meio e final do curso, 1 de 25 a 29 anos que também se encontrava nos semestres iniciais e 1 acima de 30 anos no meio do curso.

Solicitamos também que as vítimas classificassem o tipo de violência que sofreu, compreendendo que a violência pode-se revelar de maneiras diferentes. “O conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação.” (PAVIANI, 2016, p.8).

Qual tipo de violência você sofreu?

Sueli Carneiro 1	Sueli Carneiro 2	Taís Araújo 1	Taís Araújo 2	Carolina de Jesus
Verbal	Moral	Assédio Sexual	Assédio Sexual	Moral
Psicológica	Psicológica	Psicológica	Psicológica	
		Moral	Moral	

Quadro 3: Caracterização dos casos.

Nos casos de Sueli, seus agressores foram um professor e uma colega da universidade e residência, ambos brancos, em um dos casos ela relata que seu professor questionava a incapacidade da turma inteira, fazendo menção ao fato de alguns deles estarem na universidade devido a Lei de Cotas, no segundo caso a agressora foi uma colega de universidade e residência que segundo Sueli perseguia ela e outro colega, ambos negros, além de acusar outros residentes, também negros, de práticas as quais não eram autores.

Os agressores de Taís, foram dois homens, um pardo e outro branco, o primeiro era seu professor que a assediou durante todo o semestre, além de prejudicar a ela e a um colega, o qual o professor acreditava que ela tinha um relacionamento e o segundo caso o autor foi um colega da universidade, com quem ela manteve uma relação (a entrevistada o classificou como “ficante”). Segundo Taís ele a perseguiu tanto na universidade, quanto no percurso até a Instituição e se estendeu a outros espaços. Carolina relata que seu agressor também foi um professor branco, que a silenciou e a outras colegas negras quando as mesmas discutiam uma questão considerada por elas importantes, conta ainda que o professor questionou sua negritude, e acessou o seu corpo sem o seu consentimento, para refutá-la.

4.4 Quem foi o agressor⁴?

⁴ Dados que entre os 5 casos, 4 foram homens e apenas 1 foi mulher, usaremos o termo agressor quando nos referirmos aos autores da vítima.

Em seguida na terceira seção do roteiro, pedimos para que elas caracterizassem os agressores, a fim de traçar o perfil dos mesmos.

Sueli 1	Sueli 2	Taís 1	Taís 2	Carolina
Docente	Discente	Docente	Discente	Docente

Quadro 4: Caracterização do agressor.

Como você classifica o agressor(a) quanto a sua cor? ⁵

Sueli 1	Sueli 2	Taís 1	Taís 2	Carolina
Branco	Branca	Pardo	Branco	Branco

Quadro 5: Caracterização do agressor.

Como podemos observar nas tabelas, a maioria dos agressores são branco. De 5 casos, 4 agressores foram homens o que já denota uma expressão das violências de gênero na sociedade patriarcal em que vivemos. O poder masculino sobre o feminino, se expressa em todos os espaços que ocupamos, fazendo com que as violências sejam naturalizadas.

4.5 Reafirmar, tentar, resistir, mesmo sentindo o peso de ser preta, preta e acadêmica.⁶

Ao analisar os relatos das entrevistadas, podemos constatar também que as agressões estão relacionadas as categorias gênero e raça e em alguns a intersecção entre as duas categorias.

As duas agressões vivenciadas por Sueli, estão diretamente relacionada a raça. No primeiro caso porque seu o agressor compactua com a ideia de que negros são intelectualmente inferiores, dado que durante o seu relato, ela afirma que corriqueiramente ele questionava a inteligência dela e de seus colegas que eram em maioria negros e alunos oriundos de escola pública, além de se posicionar contra a Lei de Cotas. “Tais comentários ilustram uma hierarquia colonial, pelas quais pessoas negras e racializadas são demarcadas.” (KILOMBA, 2008, p. 8). No segundo caso, segundo a entrevistada sua colega branca, imputava nela e em outros colegas negros a criminalidade e os acusava, sem provas. Isso reflete a ideia da sociedade que associa o negro a criminalidade

“foi com um professor que ele menosprezava a nossa..nossa formação profissional a todo tempo, ele ficava na sala né, citando a gente e violentando o tempo todo quando ele falava porque a gente tava ali, por isso que ele não era a favor das contas” (Sueli 1)

“uma estudante daqui da residência que era uma senhora já, eu acho que ela não tinha a idade que conta como idosa, mas ela já tinha uma idade avançada e que ela

⁵ A classificação da cor/raça dos agressores foram feitas a partir da percepção das entrevistadas.

⁶O título desta seção, é o trecho de um das falas de Sueli, que reconhece nas violências que sofreu o peso de carregar a pela negra.

fazia práticas mesmo diretamente de racismo direcionada a mim e a um colega que também mora aqui na residência, então ela importunava os vigilantes, pra que os vigilantes ficassem perturbando a gente pra que não deixasse a gente ter visita e tal [...] uma vez ela fez uma lista e na lista tinha o nome de residentes daqui e ela nomeou quem era traficante, quem era usuário de drogas, quem comprava, quem passava, quem guardava e nessa lista tinha até meu nome, e eu não sou usuária, nada contra, mas eu fiquei assim perplexa, até o ponto que ela se desgastava pra tá tentando o tempo todo, mas é isso mesmo, uma prática bem racista” (Sueli, 2)

Os casos de assédio sofridos por Taís, reflete a estrutura de uma sociedade patriarcal e sexista. Especificamente o segundo caso está diretamente relacionado ao fato de ser uma mulher negra, que no imaginário masculino, são mulheres que satisfazem os desejos sexuais. “Sua escolha por parte do homem passa pela crença de que seja mais erótica ou mais ardente sexualmente do que as demais, crença relacionada às características do seu físico” (BEATRIZ NASCIMENTO, 1990 apud CARNEIRO, 2003, p.123)

“Um professor teve investida, investidas, tentar dar em cima e tal, só que eu não tinha interesse, e aí eu me fazia de desentendida [...] e ele era do tipo que não dava aula pra sala, ele dava aula pra mim, tipo a sala tava aqui e ele virado pra mim, colocava a perna na minha cadeira, ele colocava a mão no braço da minha cadeira, ele dava aula pra mim, o resto da sala não existia [...] Ele meio que perseguia também quando eu tava saindo da Universidade, tem uma certa distancianzinha entre a porta e o ponto e ele ficava andando devagarzinho de carro perguntando se eu queria carona.” (Taís 1)

“quando ele me chamava pra sair ele só me chamava pra sair pra lugares privados, vulgo motel. Aí eu comecei a achar estranho alguns comportamentos dele, porque ele fazia muita referência a minha cor, ele é branco e aí ele fazia muita referência a minha cor, tudo que ele me elogiava ele tinha que colocar minha cor no meio, tudo, tudo [...] ele não tratava como se fosse gente, mas como se fosse um objeto mesmo, como se fosse bicho mesmo, tem áudios de coisas que ele falava” (Taís, 2)

Ainda na fala de Taís, ela destaca outra expressão das violências de gênero e raça, embora o seu agressor a assediasse tanto no ambiente universitário quanto em outros, ele evitou por todo tempo que outras pessoas tomassem conhecimento da relação dos dois de demonstrar qualquer tipo de relação afetiva em público, isso reforça a existência da solidão da mulher negra. “Falar de afetividade, de escolhas, de solidão é colocar em xeque (desmontar) os sistemas de preferências que prescindem a ideia de brasilidade, posto que as mulheres negras aparecem como corpos sexuados e racializados, não afetivos, na construção da Nação.” (PACHECO, 2008, p. 16)

“dois colegas falaram que ele não podia sair comigo em publico por causa da cor, inclusive o colega de classe e que, e que pra esse tipo de homem, que existe uma cultura pra esse tipo de homem, pra homens brancos, que, que mulheres negras só servem para satisfazer os desejos sexuais.” (Taís 2)

Na violência sofrida por Carolina, ela relata que o seu professor, acessou o seu corpo sem consentimento para constrangê-la, além disso, deslegitimava suas falas e de outras

colegas negras, sendo necessário uma amiga branca as repetisse para que assim ele as considerasse, o professor também considerou que a inclusão de autores negros na ementa do curso, fosse apenas um capricho. Grada Kilomba (2008) afirma que assim que uma mulher negra começa a falar sobre conhecimento, sua voz é silenciada, por comentários ou ações que nos inferiorizam, a nossa produção e conhecimento, seja ele qual for é deslegitimado. “Tais observações posicionam nossos discursos de volta para as margens como conhecimento ‘desviado’ e desviante enquanto discursos *brancos* permanecem no centro, como norma.” (KILOMBA. 2008, p. 5)

“Durante um debate sobre arte e a necessidade do estudo de autores negros na academia, eu e mais uma amiga negra estávamos compartilhando nossas vivências enquanto mulheres negras, o epistemicídio a que fomos submetidas ao longo da vida, dentre outras opressões. O debate acontecia durante uma aula ministrada por um professor branco, e a todo momento ele deslegitimava nossas falas, havendo inclusive a necessidade de uma colega branca ter que repeti-las para que ele sequer as considerassem como verídicas. Foi quando o professor olhou pra mim e disse que não me lia enquanto negra, eu assenti e disse que tudo bem, pois pra mim a opinião de homem branco dele nada me dizia. Porém, o mesmo veio até mim, pegou o meu braço e disse que queria comparar as nossas cores” (Carolina)

Para além disso, o professor questionou o seu lugar de fala enquanto mulher negra, Carolina é uma mulher negra de pele clara. Negros de pele clara, podem ter sua negritude questionada e isso ocorre, porque para uma sociedade racista, ser negro é uma das piores condições, o uso de termos como “morena”, “sará”, entre outros, são utilizados para amenizar o fato de ser negro. Na situação que Carolina vivenciou, o professor acessou ao seu corpo, como tentativa de deslegitimá-la. Sabe-se que os negros de pele clara, não sofrem com o racismo da mesma forma que, pessoas de pele retinta, que são as mais atingidas como o racismo, porém os negros de pele clara, também são atravessados pelas expressões do racismo e a negação da identidade de negros de pele clara, também é uma delas. De maneira que “importantes lideranças do Movimento Negro Brasileiro, negros de pele clara, através do franco engajamento na questão racial, vêm demarcando a resistência que historicamente tem sido empreendida por parcela desse segmento de nossa gente aos acenos de traição à negritude, que são sempre oferecidos aos mais claros.” (CARNEIRO, 2004)

As vítimas conseguem perceber que as violências sofridas com elas estão diretamente ligadas a condição de serem mulheres negras, que historicamente são subordinadas e violentadas, como se fossem feitas para suportar qualquer tipo de agressão. As questionamos, buscando saber se elas consideram que a sua cor influenciou para que a violência ocorresse, obtivemos as seguintes respostas.

“É os dois, ela e ele, todas duas foi por racismo mesmo [...] posso dizer com a maior certeza que as duas foram permeadas pelo racismo.” (Sueli)

“Sim, acho que vulnerabilidade, querendo ou não mulheres negras são vistas como pessoas que podem ser acuadas, é a visão que eu tenho, que são mulheres que na visão de outras pessoas podem ser acuadas.” (Tais 1)

“Sim ele falava da minha cor o tempo todo, ele descreveu em um áudio o que ele queria fazer e relaci.. falando o tempo todo da minha cor.” (Tais 2)

“Sim, por todo o contexto em que a situação aconteceu em que se fossemos mulheres brancas contando sobre nossas vivências não haveria tamanha deslegitimação por parte do professor e ele não acessaria o meu corpo para justificar seu argumento racista.” (Carolina)

O racismo se revela de maneiras diferentes e permeiam ações cotidianas que são naturalizadas, assim colabora e favorece a geração e manutenção das desigualdades sociais. Por isso a manifestação do racismo acontece tanto em ações concretas de discriminação racial, quanto em práticas veladas de preconceito e em ações de “omissão frente a injustiças decorrentes da condição étnico-racial.” (CFESS – Racismo – Série Assistente Social no Combate ao Preconceito)

Uma forma do racismo se expressar indiretamente é o racismo institucional que ocorre em ambientes públicos e privados, diretamente ligado as relações de poder que instituem práticas racistas através da violação/ negação de direitos e condutas discriminatórias. (Racismo – Série Assistente Social no Combate ao Preconceito – Caderno 3) Quando o racismo se intersecciona com a violência de gênero, se torna ainda mais cruel e difícil de enfrentar, por isso em muitos casos desse tipo de violências, as vítimas não conseguem reagir mediante o ocorrido.

4.6 Denúncias e Procedimentos adotados

Em relação a reação e medidas adotadas no ato da violência, Sueli aponta que no primeiro caso sentiu-se perdida e associa isso ao fato de na ocasião estar no primeiro semestre, porém afirma que a articulação da turma, rendeu ações de enfrentamento. No seu segundo caso, ela conta que chegou ao momento de não suportar mais a situação, dado que, a sua agressora era também colega de moradia, o que tornava a relação ainda mais conflituosa, por isso ela afirma que teve que adotar as próprias medidas. Em um dos casos Taís afirma que a maneira que encontrou de se proteger do agressor, foi demonstrando tranquilidade nos momentos de suas investidas e evitando ficar sozinha nos espaços da universidade. Aos demais casos, não souberam como reagir ou o que fazer no momento do ocorrido além do constrangimento, o medo é outro fator que faz com que as vítimas não reajam de imediato

“Da primeira com o professor a gente ficou sem saber o que fazer, quando a gente chega no primeiro semestre a gente fica muito perdido [...] ai depois foi articulando, articulando e a gente conseguiu fazer um ato na sala de aula, onde conseguiu deixar todos só estudantes do lado de fora da aula dele.” (Sueli 1)

“e ai eu acho que a medida que eu tiver que fazer foi ir pra cima dela falar [...] quando as coisas já tavam passando dos limites foi a única forma da gente conseguir e ai depois que eu fui pra cima dela, falei um bocado mesmo” (Sueli 2)

“Eu tentei não mostra desespero pra ele, e tentei não ficar sozinha em momento algum na “universidade”” (Taís 1)

“ele já tinha passado de todos os limites, pela forma como se referia a mim, sempre ligando a cor, sempre ligado ao.. como se fosse ao fetiche, como se fosse ligado a eu preciso, por que ela é negra”, porque mulheres negras satisfazem esse tipo de desejo, ai eu disse a ele que não dava mais gente e tal” (Taís 2)

“No primeiro momento, logo quando ocorrido, a minha única reação foi chorar e me sentir incapaz.” (Carolina)

As entrevistadas relataram como se sentiram no momento do ocorrido, fica nítido que em alguns momentos as vítimas se sentem responsáveis por ter passado por situações violentas e até se culpabilizam pelo ocorrido, passando a repudiar o seu próprio corpo, devido a uma violação a qual, ela não tem nenhuma responsabilidade. A inferiorização dos corpos negros, trazem consequências que seus agressores não dimensionam. Carolina relata que deixou de frequentar as aulas, pois não tinha condições de se manter no mesmo ambiente que o seu agressor. Na fala de Sueli, percebemos o grau de gravidade que as práticas racistas proporcionam para aqueles que a vivenciam, deixando marcas para a vida inteira.

“o racismo dói de qualquer forma, mas assim, como o professor a sensação de o tempo todo, quando ele falava toda hora tudo aquilo, era a gente falar assim “realmente não era nem pra eu tá aqui” o tempo todo e ai a gente começa a se perguntar “era mesmo pra eu tá aqui?” “o que é que tô fazendo aqui?” [...] eu me senti mal, não tem como não sentir, mas também, não me senti parada ali, consegui me mexer, consegui dar respostas diretas, na hora, mas dói, dói e a gente carrega isso.” (Sueli)

“Primeiro que eu tinha nojo e além do nojo, eu tinha medo de ao sair da universidade ele me seguir, eu tinha medo de estupro, tinha uma onda na cidade de estupro também, eu tinha medo disso, tinha medo de ser reprovada, de ter uma vida acadêmica fracassada por causa de alguma influência dele.” (Taís 1)

“Com nojo de mim mesma, depois com nojo dele, depois com raiva” (Taís 2)

“Durante o semestre no qual houve a situação eu não consegui frequentar as aulas, e me ausentei da disciplina ministrada pelo professor, que por pedido do colegiado não me reprovou.” (Carolina)

Sueli e Carolina, alegam que já souberam de relatos que envolve os seus agressores em outros casos de opressões, apontando que essa é uma prática corriqueira entre os mesmos, porém não sabe-se de nada concreto que tenha sido feito, para que eles não voltassem a

cometê-las. Taís aponta que não sabe sobre outros casos envolvendo o professor que a assediou, ela acredita que não saiba porque saiu da universidade e não teve mais notícias dele, em relação ao seu colega de universidade, ela diz também não conhecer outros casos envolvendo ele, mas durante outra pergunta, ela afirma:

“ele continua assediando mulheres negras e jovens, que a gente tem 7 anos de diferença e ele continua na mesma faixa etária minha e todas negras.” (Taís 2)

“O do professor foi a turma toda e agora tem uma turma que tá chegando agora que a gente já tá ouvindo relatos dessas mesmas práticas ou ainda piores do mesmo professor.” (Sueli 1)

“Então problema dela era com pessoas pretas, todas as pessoas que tinha a pele mais clara, poderia não ser branca, mas só em ter a pele mais clara, ela elegia no critério de esse eu não perturbo, esse eu perturbo, e sempre o critério dela é tem que ser preto, como se a gente fosse a palmatória do mundo.” (Sueli 2)

“Em uma das reuniões do colegiado em que debatemos o assunto, vários outros colegas de curso levaram a público outros casos de assédio moral envolvendo esse professor e outros professores do curso, porém nada foi feito.” (Carolina)

Perguntamos as entrevistadas se elas denunciaram as situações ocorridas e qual a postura da instituição diante a exposição dos fatos e qual o resultado da denúncia, Sueli e Carolina denunciaram os casos nas instâncias que consideravam que poderiam dar uma resolutive, porém deixam explícito em suas falas que as medidas adotadas não foram suficientes para solucionar os casos.

“e ai mandamos só caso para o colegiado, ele foi afastado do colegiado, ne!? Não dava mais aula pra gente, só que agora eu soube que ele já voltou pro colegiado de [...] .e ai agora ele tá lá de novo e eu já ouvi que tá tendo novamente as mesmas praticas de violências com estudantes oriundos de classe popular, mas é isso a gente não deu prosseguimento a gente achou que apenas no colegiado ia resolver.” (Sueli 1)

“com ela a gente tinha aqui a representação de casa de estudantes e aqui na época eu representação e coloquei isso numa reunião daqui [...] falou, colocou, que ela tava sendo problema aqui na residência e ai a gente tirou algumas pautas, tal, algumas deliberações, só que não adiantou nada, ela continuava fazendo as práticas, a universidade, a universidade eu falo enquanto reitoria de políticas afirmativas, passava a mão pela cabeça dela [...] mas eles estavam sabendo do que tava acontecendo aqui e ai nunca tirou esse problema daqui, ela sempre continuou.” (Sueli 2)

“Sim, no colegiado do curso [...] Não houve resultados no colegiado, pensei em levar até a ouvidoria porém em decorrência das ameaças oriundas do professor decidi desistir. [...] Em uma outra reunião do colegiado, em que as professoras responsáveis pela coordenação do curso levaram o regimento do colegiado para argumentar que não podiam fazer nada para me ajudar, o professor que me violentou ameaçou me processar por calúnia e fez questão de ler os conceitos de racismo e machismo para mim, numa ação de impor a sua superioridade intelectual e invalidar a minha.” (Carolina)

No caso de Sueli, o colegiado do seu curso se posicionou em relação aos atos do professor, retirando por algum tempo ele das disciplinas do curso, porém ela questiona o retorno do professor ao colegiado do curso e indica que ele continua tendo as mesmas práticas. Já o Colegiado do curso de Carolina, se omitiu do processo de orientação e de tomadas de decisão em relação ao ocorrido. Isso denota que embora seja tão recorrentes e a universidade enquanto instituição saiba que os casos de violências ocorrem, ela não está preparada para receber as denúncias e amparar as vítimas, que em alguns casos desenvolvem outros processos de sofrimento em decorrência da violência que sofreram.

Quando a instituição toma ciência do fato e se omite, não oferecendo suporte para as vítimas ou se excluindo do processo de acolhimento e resolutiva das demandas, ela está colaborando para que as práticas opressivas continuem acontecendo.

Nos casos de Taís, ela afirma que não denunciou nenhum dos casos, no primeiro afirma que ela só queria sair daquela situação e no segundo aponta o medo como principal fator para não ter realizado a denúncia. Guedes (2008, p. 44) aponta “a denúncia de um assédio no ambiente universitário constitui-se de tabus e medos, implica na exposição do caso e por consequência no julgamento que tende a culpabilizar a própria vítima, no receio da descrença sobre o acontecido, no medo da represália por parte do assediador ou na impunidade do caso, não obtendo resolutividade.”

“Não, porque eu passei na disciplina, eu só iria denunciar se eu não passasse. [...] Ninguém faz nada não, ninguém faz nada, esse é o tipo de coisa que é cada um por si, a instituição nem ficou sabendo, quem tava na sala via, mas ninguém fazia nada.” (Taís 1)

“enquanto mulher eu me sinto acuada, é medo mesmo, ele sabe onde me achar, ele sabe onde eu moro, ele sabe onde me achar, ele tem meu telefone, ele sabe onde me achar na universidade, ele sabe onde me achar, ele tem um amigo policial que já cobriu outras coisas pra ele e não ia ser eu que ele ia ficar sem cobrir.” (Taís)

É perceptível nas falas das entrevistas, que elas carregam um sentimento de impunidade em relação aos agressores. Segundo Taís e Carolina, seus agressores continuaram exercendo suas atividades normalmente, em alguns casos, sequer admitiu que o que ocorreu foi um caso de violência. Ressaltando que em algumas situações a vítima é retirada do espaço, enquanto o agressor continua o ocupando e violentando outras pessoas.

“O professor tá bem, ganhando o salário dele, dando aula de novo no colegiado [...] mas sempre é essa ideia de tirar, em vez de solucionar o problema, não tira as vítimas, é mais fácil aloca a gente pra outros cantos, do que solucionar o problema que é um só, e ai tipo ele é um professor e a gente tem um corpo discente de quantos estudantes? Mas ainda assim prefere manter ele, ai vai realocando de um colegiado por outro, até que eu não sei quando.” (Sueli 1)

“mas eles estavam sabendo do que tava acontecendo aqui e ai nunca tirou esse problema daqui, ela sempre continuou, ela sempre teve privilégios, quando eu cheguei aqui moravam duas pessoas por quarto, ela sempre morou só.” (Sueli 2)

“O professor continua dando aula como se nada tivesse acontecido, inclusive, quem teve que se ausentar da sala de aula fui eu, visto que em nenhum momento foi cogitado a sua substituição. [...] o professor envolvido não reconheceu e nem assumiu o que tinha feito, na ocasião, o mesmo chegou a dizer que apenas as minhas lágrimas o compadeciam e não os meus argumentos, e que diante disso, se desculpava se de alguma forma, tivesse me ofendido” (Carolina)

O caso do aluno da USP⁷ que foi absolvido, assemelha-se aos casos das nossas entrevistadas, pois mostra que as universidades não incentivam e não estão preparadas para receber as denúncias e isso é um dos principais motivos para que as vítimas não as registrem. Dado que não se sentem acolhidas e protegidas pela instituição. Mais do que isso o caso deste agressor, se compara ao sentimento de impunidade presente na fala das entrevistadas e da retirada da vítima ao invés do agressor.

"A gente vê a mesma desvalorização da palavra da mulher que acontece na universidade, acontecendo no judiciário", afirmou Marina Ganzarolli. "A vítima que denuncia passa por esse tipo de violência que é ver o judiciário desvalorizando seu depoimento." Segundo ela, o judiciário tem "um padrão de desacreditar da vítima", dando mais importância ao depoimento do agressor, numa clara violência de gênero institucionalizada." (CARTA CAPITAL, 2018)

De acordo com os relatos das entrevistas, os casos trouxeram diversos impactos pra suas vidas pessoal e acadêmica. Como podemos perceber também nas falas anteriores, em que Sueli se questiona, se realmente deve estar naquele espaço e Carolina não consegue frequentar as aulas, pois além do ocorrido, segundo ela o professor a ameaçou. Taís afirmou após um questionamento durante a entrevista que chegou a pensar em desistir da universidade devido aos assédios que vinha sofrendo por parte do seu colega.

“é o tempo todo eu tendo notas boas e eu tá me questionando se essa nota é realmente minha, é você falar do seu lugar, uma pessoa branca fala que tá tendo êxito acadêmico perfeitamente, e sem peso nenhum na consciência, mas eu me vendo, falo do meu lugar, quando eu falo do meu êxito acadêmico [...] e ainda quando eu falo desses êxitos acadêmico eu me vejo tipo “não era pra eu tá falando isso” como se eu tivesse me engrandecendo, mas ai é autossabotagem que a gente vai fazendo da gente, nos nossos resultados que a gente não se vê neles e ai a reflexão de entender que aquilo, não é nosso.” (Sueli)

“Acadêmica eu acho que a questão das notas, né!? porque querendo ou não, querendo impactou na baixa nota que eu tive, a dedicação que eu tive que aumentar nessa disciplina em específico pra poder passar e isso acaba, acaba tirando a atenção das outras. Pessoal o medo mesmo que eu já relatei na pergunta anterior e o receio, o receio de relação de amizades com professores.” (Taís 1)

“Eu não conseguia mas me concentrar no fim do semestre, pra sorte eu já tinha feito muita coisa no início do semestre, isso causou medo, causou desespero, pânico [...] se ele tivesse perto do banheiro, eu não ia no banheiro sozinha, eu só ia com alguém

⁷ Ver página 41

no banheiro, eu não andava na “universidade” sozinha, se eu tivesse sozinha eu ficava ali na xerox que era o lugar iluminado.” (Taís 2)

“Comecei a me sentir bastante insegura para realizar meus projetos e continuar na militância. Decidi fazer o meu tcc sobre debates raciais que pautem essas questões.” (Carolina)

Taís e Carolina afirmaram que além das violências, os agressores as ameaçaram, no caso de Carolina isso a impediu de levar a denúncia a outras instâncias. Esse tipo de manipulação, se configura como um novo tipo de violência, e é utilizado nas relações de poder como formas de as coagir as vítimas e se manter impunes.

“eu tinha que ter cuidado, e, e ele relatava antes que, em conversas e antes que ele tinha amigo policial, que ele, ele era capaz de matar, essas coisas. [...] fiquei com muito medo de ficar aqui “da universidade” [...] eu tenho medo de sair pelas ruas “da universidade” (Taís 2)

“pensei em levar até a ouvidoria porém em decorrência das ameaças oriundas do professor decidi desistir [...] ameaçou me processar por calúnia [...] Em nenhum momento se retratou ou reconheceu que estava errado, apenas ameaçou a mim e as minhas amigas.” (Carolina)

Por último, questionamos as vítimas se elas conheciam ou conhecem quais procedimentos adotar em casos como os dela e se tiverem apoio de algum coletivo. Nas duas questões, responderam que não, e algumas ressaltaram que atualmente conhecem os procedimentos, mas que isso aconteceu através da troca de informações entre pessoas ou movimentos dos ciclos pessoais.

“Agora já né, mas agora eu já tô saindo, é isso a gente aprende já tarde [...] tem alguns movimentos que acabam te direcionando, te afazendo entender como é que funciona esses mecanismos da universidade, as instâncias, mas bem já tardiamente” (Sueli)

“Nesse caso não, no caso de assédio não.” (Taís)

“Na época do ocorrido não tive nenhuma orientação e muita informação foi omitida a mim, fazendo com que eu não soubesse como agir ou a qual setor levar a denúncia, porém hoje, sei por ter sido informada por amigos.” (Carolina)

O fato das vítimas, ao decorrer dos processos de violências, não saberem quais procedimentos e atitudes a serem tomadas, se configura também como principal fator para que denúncias não ocorram e que os seus agressores continuem os praticando. Buscou-se encontrar através das referências bibliográficas, quais seriam as principais medidas a serem adotadas neste caso, porém não encontrou-se registro de quais passos devem ser seguidos. Entretanto acredita-se que as primeiras instâncias a serem procuradas, devem ser aquelas que as vítimas têm mais aproximação ou tem mais representatividade em relação a sua categoria, como por exemplo Movimento Estudantil, Colegiado, entre outras. Posteriormente o caso

deve ser levado a discussões, em instâncias maiores que poderão avaliar o caso com mais detalhes (Ouvidorias, Pró Reitorias de Assuntos Estudantis). Instituições externas, tais como os órgãos de justiça e Centros de Atendimento as mulheres também podem ser procurados.

Embora as violências praticadas contra a mulher negra no ambiente acadêmico, sejam pouco discutidas na literatura, podemos perceber que essas violências são recorrentes. Todas as entrevistadas afirmaram que conhecem outros casos de opressões, envolvendo outros atores na universidade, porém afirmam não saber quais medidas vem sendo adotadas para esses casos.

Percebendo esta problemática, muitos movimentos na universidade buscaram mecanismos para que ela possa tratar esses casos com a devida diligência. O enfrentamento desses casos em suas institucionalidades, em uma concepção ampla de acesso à justiça, pode ser uma forma de acesso à justiça, pois se trata no cotidiano da universidade o problema que surgiu em função dela. (MAITO e SEVERI, p. 5)

Notório nos relatos das entrevistas, que as expressões das violências de gênero e raça no ambiente acadêmico, acontece de várias formas e está também diretamente associado as relações de poder. O agressor é o principal responsável pelas violências, porém quando ele está inserido na universidade que é uma instituição pública, a qual o agressor está vinculado, ao não agir diante das situações de violência, coopera para que elas continuem existindo e sejam silenciadas, podemos considerar casos de racismo e sexismo Institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões que pautam as especificidades das violências vivenciadas por mulheres negras na universidade, se configuram como contribuição de extrema importância, para que as instituições de ensino passem a se olhá-las com mais cuidado e criticidade. O ingresso de uma mulher negra na universidade, significa mais do que um número, significa as possibilidades de ascensão a um povo que historicamente foi silenciado e teve seu acesso a espaços negados.

Tal demarcação de espaços introduz uma dinâmica na qual Negritude significa “*estar fora de lugar*”. Dizem-me que estou fora do meu lugar, como um corpo que não está em casa. Dentro do racismo, corpos Negros são construídos como corpos impróprios, abjetos, “*deslocados*” e logo, como corpos que não pertencem. (KILOMBA, 2008, p. 6)

Os processos que as mulheres negras ultrapassam ao decorrer da sua trajetória, deixam marcas que nem o tempo é capaz de curar, a busca por conhecimento científico é um grande aliado para o enfrentamento das violências direcionadas a este grupo de mulheres, que anteriormente viam suas histórias contadas por homens e mulheres que em suma, não as vivenciavam e nem sentiam na pele as nossas dores. Gradativamente o cenário vem mudando, o ingresso de mulheres negras na universidade vem crescendo, porém dar acesso não é o suficiente, para além disso as instituições de ensino precisam pautar a luta das mulheres negras e buscar estratégias de enfrentamento vivenciados por essas mulheres.

Por se tratar de um trabalho de conclusão de curso de graduação, não possui-se tempo hábil para analisar minuciosamente cada categoria encontrada no trabalho, porém acredita-se que este trabalho cumpriu o seu papel e objetivos e seguirá com a extensão desta pesquisa.

Como podemos observar ao decorrer da pesquisa, a universidade não está preparada para receber denúncias que envolvem os seus atores, tão pouco encontrar resolutivas que possam combatê-las, além disso não possui o suporte necessário para o acompanhamento das vítimas que em alguns casos podem desistir de continuar o curso.

Como já explicitado ao longo deste trabalho, a universidade é uma instituição social que reflete as condições da sociedade, conforme Almeida Filho “reconhecemos ainda um contexto social na medida em que podemos citar que a universidade se encontra na sociedade, a universidade faz parte da sociedade, e universidade, de alguma forma, reproduz ou participa do processo de reprodução social” (ALMEIDA FILHO, 2012 apud GOULART, COELHO e PONTES, 2013, p. 3). Entretanto, não se pode naturalizar e os processos de opressões que

ocorrem dentro da instituição, tão pouco a universidade pode se isentar de tomar decisões e se posicionar sobre a ocorrência dos fatos.

A gravidade dos atos dos agressores precisa ser reconhecida. As violências sociais, raciais, de gênero e tantas outras são tão naturalizadas que a universidade, não tem pensando ações que as penalizem. De certo modo, o que as vítimas esperam, principalmente quando fazem uma denúncia, é uma resposta a sua questão e conscientização do seu agressor.

Não podemos camuflar as violências institucionais, tão pouco contribuir para que as relações de poder continuem instituídas. Mas do que reconhecer as opressões vivenciadas por mulheres negras no ambiente universitário, precisamos pensar formas de enfrentamento dessas violências. A falta de enfrentamento das violências colabora para que as mesmas continuem a acontecer. Além disso a universidade precisa começar a pensar ações que efetivamente assegurem que os grupos socialmente marginalizados, permaneçam na instituição. Além disso é necessário pensar redes de enfrentamento que incentivem as vítimas a denunciarem os seus agressores e que as façam se sentir acolhidas.

É necessário que a universidade e neste sentido, digo, todos os atores que fazem parte desta instituição, se articulem para materializar ações que protejam as vítimas e preveja uma série de medidas a serem adotadas nos casos de violências nas universidades.

6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. A construção das hierarquias sócias: classe, raça. Gênero e etnicidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 1, n. 37, 2007.]

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. Géledes: Instituto da Mulher Negra. 2011. Disponível em :
<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Nossos_Feminismos_Revisitados_Luiza_Bairros.pdf> Acesso em: 3 jun 2018.

BEZERRA, Nathalia. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS SETE SABERES PARA A EDUCAÇÃO DO PRESENTE**. 2010.

BORTOLANZA, Juarez. **TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO—UMA BUSCA DA ORIGEM ATÉ A ATUALIDADE**. 2017.

BRASIL. (2002) Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso 14 jul. 2018

BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso 15 jul. 2018.

BRASIL (1996) Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> . Acesso: 16 jul. 2018.

BRASIL (2007) Lei Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm> Acesso: 31 jul 2018.

BRASIL (2005) lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm> Acesso 31 jul.2018.

CARLOTO, Cassia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço social em revista, Londrina**, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci_arttext Acesso: 20 jul 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Negros de Pele Clara. Géledes: Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/> Acesso em 18 ago 2018.

CARTA CAPITAL. Acusado de estupro na USP é absolvido em segunda instância. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/acusado-de-estupro-na-usp-e-absolvido-em-segunda-instancia> Acesso em 18 ago. 2018

CARTA CAPITAL. **IBGE: apenas 10% das mulheres negras completam o ensino superior.** Disponível em : <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ibge-apenas-10-das-mulheres-negras-completam-o-ensino-superior> . Acesso em 10 ago 2018

CFESS - Racismo – Série Assistente Social no Combate ao Preconceito, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf> Acesso em 16 jul de 2018

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, v. 24, p. 5-15, 2003.

CRENSHAW, Kimberle W. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. **Lopes, EMT et al**, v. 500, p. 151-204, 2000.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 1980.

EXAME. **Alunos são investigados por incitação ao estupro em universidade do Pará.** Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/alunos-sao-investigados-por-incipitacao-ao-estupro-em-universidade-do-para/> Acesso em 18 ago. 2018.

EXAME. Dez alunas denunciam professor de universidade em SC por crimes sexuais. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/dez-alunas-denunciam-professor-de-universidade-em-sc-por-crimes-sexuais/> Acesso em 18 ago de 2018.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 28, p. 17-36, Dec. 2006 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso 12 July 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GUEDES, Karla Caroline Duarte. **O ASSÉDIO SEXUAL NÃO EXISTE OU É SILENCIADO?** A invisibilidade do assédio sexual no ambiente universitário. Trabalho de

Conclusão de Curso. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes Humanidades e Letras. 2018

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

GOULART, Maria Cristina Vianna; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; PONTES, Suely Aires. **CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLENCIA NA UNIVERSIDADE**. 2013.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior, 2016**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>> Acesso 16 jul. 2018.

INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. Disponível em: 53 <http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

KILOMBA, Grada. “Descolonizando o Conhecimento.” Uma Palestra - Performace de Grada Kilomba. MITsp, São Paulo, 2008.

KIMBERLE CRENSHAW. A interseccionalidade nas discriminações de raça e gênero.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: **Coordenadoria Especial da Mulher**, p. 55-63, 2003.

MAITO, Deíse Camargo. SEVERI, Fabiana Cristina. Violência e Discriminação na universidade e acesso à justiça para mulheres. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

MARCONDES, Mariana Mazzini. et al. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Cap. IV. p. 109-132.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Apresentação – ENEM. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>> Acesso em: 31 jul 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Perguntas frequentes. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34857>> Acesso 02 ago 2018.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. ANDRADE, Fernando César Bezerra de et al. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009.

PEREIRA, Edilene Machado et al. Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador, BA. **África e africanidades**, 2008. Disponível em: http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Marias_que_venceram.pdf Acesso 16 jul 2018 22:57

OLIVEIRA, Giselli. Eu, mulher preta retinta. 2017.

ORSO, Paulino José. O surgimento da universidade e o projeto burguês de educação no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas**, v. 11, n. 29, p. 1-15, 2003.

PINHO, Carolina. Geledes Instituto da Mulher Negra. Eu, mulher negra na universidade... acadêmica? Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/eu-mulher-negra-na-universidade-academicista>> Acesso em: 14 ago. 2018

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminism, history and power. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. **Anais**, p. 1- 16, 2016.

PROJETO COLABORA. **Autora de dossiê sobre lesbocídio no Brasil é vítima de perseguição**. Disponível em: <<https://projecolabora.com.br/educacao/maneiras-tragicas-de-matar-mulheres/>> Acesso em 18 ago. 2018.

RAIMUNDO, Valdenice José; GEHLEN, Vitória; ALMEIDA, Daniely. Mulher negra: inserção nos movimentos sociais feminista e negro. **Caderno de Estudos Sociais**, p.1-8, 2016.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das cotas: A permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>> Acesso em 30 de jul.2018

SCHMITT. Nayara Graciele. **A influência da cultura patriarcal na reprodução de violências e na construção das desigualdades entre homens e mulheres: um olhar dos profissionais que atuam na rede de proteção social do município de Aranguá/SC**. P. 1-29, 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 2012.

SILVA, Eliane Borges da. Tecendo o fio, aparando as arestas: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feminista. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL O DESAFIO DA DIFERENÇA: ARTICULANDO GÊNERO, RAÇA E CLASSE**. 2000

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres Negras, Pobreza e Desigualdades de Renda. In: SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. **Dossiê Mulheres Negras**, p. 35, 2013.

SUÁREZ, Mireya. **Desconstrução das categorias "mulher" e "negro"**. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1992.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil**. 1.ed. Brasília, 2015.

APÊNDICE A

Texto para redes sociais

Olá, eu me chamo Camila Vieira da Silva de Assis sou graduanda do curso de Serviço Social da UFRB e estou na fase final do meu Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como título “Preta e Acadêmica: as opressões⁸ vivenciadas por mulheres negras no ambiente universitário”, sob orientação da Dra. Dyane Brito Reis Santos (UFRB), o trabalho objetiva discutir as opressões e violências vivenciadas por mulheres negras no ambiente acadêmico. Caso você seja uma mulher negra que já vivenciou algum tipo de violência dentro da universidade, seja professora, técnica, terceirizada ou aluna e se interessa em participar da pesquisa como entrevistada, entre em contato através do e-mail: camilavieiratrabalhos@gmail.com ou por meio de mensagens nas redes sociais. Asseguramos que a identificação das entrevistadas não será divulgada, bem como garantimos sigilo total das informações fornecidas e que elas não serão utilizadas para os fins do trabalho.

⁸ Após a publicação do texto nas redes sociais, houve-se pequenos ajustes no título deste trabalho.

APÊNDICE B



Esta entrevista é parte fundamental para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso na graduação de Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A pesquisa tem como tema “**Preta e acadêmica:** as opressões vivenciadas por mulheres negras no ambiente universitário.” O Trabalho é desenvolvido pela graduanda Camila Vieira da Silva de Assis, sob a orientação da Dra^o Dyane Brito Reis Santos (UFRB). Consciente da importância do assunto e da proteção aos dados resultantes da pesquisa, asseguro-lhe que a identificação da entrevistada não será divulgada, fazendo uso de nomes fictícios quando necessário. No que diz respeito as informações obtidas na aplicação da entrevista, estas só serão utilizadas na pesquisa sob consentimento da entrevistada.

Eu, _____,
concordo em fornecer entrevista para utilização dos dados no trabalho de conclusão de curso da graduanda Camila Vieira da Silva de Assis, que tem como tema de pesquisa “**Preta e acadêmica:** as opressões vivenciadas por mulheres negras no ambiente universitário.”

APÊNDICE C

Preta e Acadêmica: violências vivenciadas por mulheres negras no ambiente universitário.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ENTREVISTADA

Nome (opcional/ SUGESTÃO DE NOME FICTÍCIO):

Idade:

Raça/cor:

Orientação Sexual:

Cidade de origem:

Universidade:

() DOCENTE

() DISCENTE

() TÉCNICA

() TERCEIRIZADA

SEMESTRE ()

CURSO:

CARACTERIZAÇÃO DO CASO

- A) Qual tipo de violência você sofreu?
- a. V. Verbal
 - b. V. Psicológica
 - c. V. Moral
 - d. Assédio Sexual
 - e. V. Física
 - f. Outra
- B) Que idade você tinha quando sofreu a violência?
- a. 17 a 20 anos
 - b. 21 a 24 anos
 - c. 25 a 29 anos
 - d. Acima de 30
- C) Em que período você estava quando sofreu violência
- a. Semestres iniciais
 - b. Meio do curso
 - c. Final do curso

<p>D) Conte como ocorreu o caso</p> <p>E) O que você fez no momento do ocorrido, como você reagiu?</p> <p>F) Você considera que a sua Cor influenciou a violência? Por quê?</p>
<p style="text-align: center;">CARACTERIZAÇÃO DO AGRESSOR</p> <p>G) Quem foi o agressor(a)?</p> <p>a. Discente</p> <p>b. Docente</p> <p>c. Técnico(a)</p> <p>d. Terceirizado(a)</p> <p>H) Como você classifica o agressor(a) quanto a sua cor?</p> <p>I) Você tinha alguma relação com o Agressor(a)? Qual?</p> <p>J) Você conhece outros casos de violência que envolvam o/a agressor(a)?</p>
<p style="text-align: center;">DENÚNCIA E PROCEDIMENTOS ADOTADOS</p> <p>K) Você denunciou em alguma instância? Qual?</p> <p>L) Qual foi o procedimento adotado pela Instituição que recebeu a denúncia?</p> <p>M) Qual o resultado da denúncia?</p> <p>N) Como o/a agressor (a) se comportou após a denúncia?</p> <p>O) Você teve apoio de alguém ou de algum coletivo?</p> <p>P) Como você se sentiu após o ocorrido?</p> <p>Q) Quais os impactos dessa violência em sua vida pessoal e acadêmica?</p> <p>R) Como está o/ a agressor(a) hoje? Há relatos de outros casos envolvendo ele?</p> <p>S) Há outros relatos de assédio na Universidade? (envolvendo outros atores) Qual medida tem sido adotada?</p> <p>T) Você tem ou teve noção de quais setores ou pessoas procurar em caso de violência dentro da Universidade?</p> <p>Caso queira acrescentar algo, use esse espaço.</p>

Obrigada!